

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JUIZ DE FORA
VIVIANI BASILIO DE ALENCAR**

**ORA MARGINAIS, ORA MARGINALIZADOS:
UM OLHAR SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA A
INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA EM CAPITÃES DA AREIA**

Juiz de Fora
2019

VIVIANI BASILIO DE ALENCAR

**ORA MARGINAIS, ORA MARGINALIZADOS:
UM OLHAR SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA A
INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA EM CAPITÃES DA AREIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF, área de concentração: Literatura Brasileira. Linha de pesquisa: enfoques transdisciplinares e transmidiáticos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Valéria Cristina Ribeiro Pereira

Juiz de Fora
2019

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca CES/JF – CES/JF

A368

Alencar, Viviani Basilio

Ora marginais, ora marginalizados: um olhar sobre as representações da violência contra a infância e a adolescência em capitães da areia / Viviani Basilio Alencar, orientadora Dr^a Valéria Cristina Ribeiro Pereira .- Juiz de Fora: 2019.

86 p.

Dissertação (Mestrado – Mestrado em Letras: Literatura brasileira) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, 2019.

1. Representações. 2. Violência. 3. Infância. 4. Adolescência. 5. Capitães de Areia I. Pereira, Valéria Cristina Ribeiro, orient. II. Título.

CDD: B869.3

ALENCAR, Viviani Basilio de. **Ora marginais, ora marginalizados**: um olhar sobre as representações da violência contra a infância e a adolescência em **Capitães da areia**. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF, área de concentração: Literatura Brasileira. Linha de Pesquisa: Literatura Brasileira: enfoques transdisciplinares e transmidiáticos, realizada no 1º semestre de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Valéria Cristina Ribeiro Pereira (CES/JF)

Prof. Dr. Édimo de Almeida Pereira (CES/JF)

Prof^a. Dr^a. Juliana Machado de Britto (UFJF)

Examinada em: ____/____/____.

Dedico esta dissertação a todas as crianças e jovens que, de alguma forma, sofreram ou, ainda sofrem, com a violência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar presente em minha vida, por meio da fé e de minhas orações.

Aos meus pais, José Octacílio Werneck de Alencar (*in memoriam*) e Ivete Basilio de Alencar (*in memoriam*), por terem me proporcionado educação familiar e escolar, possibilitando-me, hoje, esta conquista. Gostaria muito que estivessem aqui para comemorarem comigo a vitória que também é de vocês.

À minha querida Orientadora, Prof^a. Dra. Valéria Cristina Ribeiro Pereira, pelo amparo, pela paciência e dedicação. Seu direcionamento e sua experiência foram essenciais no processo de construção desta dissertação. Obrigada pela sugestão do *corpus*. **Capitães da areia** (2006), de Jorge Amado, trouxe-me muita emoção, desde a primeira leitura. Vou sentir falta dos nossos encontros. Obrigada por tudo.

À Prof^a. Dra. Juliana Machado de Britto, pelas contribuições pertinentes a esta pesquisa. Sua Tese de Doutorado, intitulada **As figurações da violência em Jorge Amado: política e marginalidade em Cacau e Capitães da areia**, propiciou inestimáveis contribuições a este estudo. Muito obrigada.

Ao Professor Dr. Édimo de Almeida Pereira, pelo carinho e pela amizade, durante todo o curso. Também pelos ensinamentos nas disciplinas ministradas e pelas valiosas contribuições à dissertação, possibilitando-me um novo olhar à escrita.

À Prof^a. Dra. Moema Rodrigues Brandão Mendes, primeira pessoa a me receber e acolher no Programa de Mestrado em Letras, do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF). Obrigada pelo carinho e pela competência.

Ao meu namorado, companheiro, amigo e amor, Luiz Henrique, maior incentivador e apoiador, desde o início do curso de Mestrado em Letras. Esteve ao meu lado todo o tempo, entendendo as constantes oscilações de humor, dando-me ânimo e fazendo-me acreditar que seria possível concluir o trabalho. Muito obrigada pelo carinho e pela paciência.

À minha família, que, mesmo de longe, esteve na torcida, para o sucesso desta dissertação.

Ao meu amigo Márcio Fagundes, pelos estudos anteriores ao Mestrado, pelas orientações prestadas e pelo incentivo a uma educação continuada, necessária a todo profissional.

À minha amiga Rita Florentino, pelas incansáveis conversas, com trocas de experiências, de angústias, de êxitos e também pelo apoio constante e pelas orientações tecnológicas.

À amiga Paloma Mendes, pelo apoio gratuito e pelas inúmeras orientações no início do Mestrado.

Aos meus amigos, que compreenderam e respeitaram minha ausência em alguns encontros e comemorações. Em breve, teremos um tempo maior para passarmos juntos.

Aos meus amigos e as minhas amigas de turma, pelo companheirismo e carinho. Sucesso a todos e a todas!

Ao meu amigo, Darlan Natal, pela amizade e pelo companheirismo, durante todo o Mestrado. Foram muitos os momentos de angústia, de incerteza e de dificuldade, transformados, agora, em êxito, com a conclusão deste trabalho gratificante. Nossas trocas fizeram-me crescer muito. Obrigada.

À amiga Patrícia Barbosa, por alguns esclarecimentos de fatos históricos e pelo empréstimo de livros importantíssimos à construção desta pesquisa.

Ao Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora e ao competente corpo docente dessa instituição, agradeço por todo o trabalho desenvolvido, possibilitando-me uma formação de alta qualidade. Obrigada a todos!

Estou convencido de que a infância, frágil
como um papel, é o mais perfeito
indicador do desenvolvimento de uma
nação. Revela melhor a realidade do que
o ritmo de crescimento econômico ou
renda *per capita*.
(Gilberto Dimenstein, 2002, p. 11)

RESUMO

ALENCAR, Viviani Basilio de. **Ora marginais, ora marginalizados**: um olhar sobre as representações da violência contra a infância e a adolescência em **Capitães da areia**. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Letras). Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a obra **Capitães da areia**, de Jorge Amado (2006), buscando investigar aspectos da violência contra a infância e a adolescência, lidas nas representações do citado universo ficcional. Diante das relações estabelecidas entre as personagens, ao longo da obra, observam-se aspectos variados da violência, nas tipologias **física, verbal e psicológica**, praticadas contra a infância e a adolescência das personagens, que, por sua vez, acabam praticando, também, violência contra a sociedade. Marginais ou marginalizadas, as personagens oferecem-nos possibilidades de análise, cujo entendimento extrapola a gratuidade para problematizar a realidade, a partir da leitura aqui proposta. Como forma de proporcionar maior compreensão e entendimento a este estudo, foi relevante refletir, em um primeiro momento, de modo mais amplo, sobre o conceito de **violência**, passando-se, posteriormente, à reflexão dos conceitos específicos das **violências física, verbal e psicológica**, buscando ampliar a visão do leitor, no que se refere às relações interpessoais, estabelecidas em **Capitães da areia** (2006). Para dialogar com a temática, buscamos arcabouço teórico em estudos de alguns autores, tais como Moacir Scliar (2002), Robert Muchembled (2014), Marilena Chauí (2011), Gilberto Dimenstein (2002), Michel Foucault (2004), Antonio Candido (2000), Aline Winter Sudbrack (2010), Cláudia Maciel Carvalho (2010), entre outros, que ofereceram contribuições, possibilitando maior clareza e significado a esta pesquisa.

Palavras-chave: Representações. Violência. Infância. Adolescência. **Capitães da Areia**.

ABSTRACT

This paper is on Jorge Amado's book **Capitães da Areia** (2006), the version in English is **Captains of the Sands** (2006), seeking to investigate aspects of violence against childhood and adolescence as it has been read in the representations of the aforementioned fictional universe. As the relations established between the characters, throughout the book, it is clear to see many **physical**, **verbal** and **psychological** aspects of violence, committed against characters' childhood and adolescence, who, in turn, also end up practicing violence against society. Delinquents or marginalized, the characters offer us possibilities of analysis which understanding extrapolates gratuity to problematize the reality, from the act of reading, suggested here. As a way of providing more comprehension and understanding to this study, it will be relevant to reflect, at first in a broader way the concept of **violence** and then to reflect on the specific concepts of **physical**, **verbal** and **psychological** violence in a way to broaden the reader's view, regarding interpersonal relations, established in **Captains of the Sands** (2006). In order to have a dialogue with the theme, there will be present the studies of some theorists such as Moacir Scliar (2002), Robert Muchembled (2014), Marilena Chauí (2011), Gilberto Dimenstein (2002), Michel Foucault (2004), Antonio Candido (2000), Aline Winter Sudbrack (2010) and Claudia Maciel Carvalho (2010), among others who will bring relevant contribution to this paper.

Keywords: Representation. Violence. Childhood. Adolescence. **Captains of the Sands.**

LISTA DE SIGLAS

BA	Bahia
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CF	Constituição Federal
DSTs	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LACRI	Laboratório de Estudos da Criança
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
TOC	Transtorno Obsessivo Compulsivo
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OS CAMINHOS SOBRE A VIOLÊNCIA QUE SE PRETENDE PERCORRER	15
2.1	A VIOLÊNCIA NO BRASIL DO SÉCULO XX.....	15
2.2	TIPOS DE VIOLÊNCIA.....	23
2.2.1	A violência física	26
2.2.2	A violência psicológica	31
2.2.3	A violência verbal	35
3	ESTUDO DA OBRA	38
3.1	CARTAS AO JORNAL E A VISÃO DA SOCIEDADE A RESPEITO DOS CAPITÃES DA AREIA.....	55
3.2	A REAÇÃO DOS MENORES À SOCIEDADE BAIANA.....	63
3.2.1	Reação à violência física	66
3.2.2	Resposta à violência psicológica	69
3.2.3	Revide à violência verbal	71
4	CONCLUSÃO	74
	REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação começou a ser delineada a partir de um projeto de pesquisa, que teve como objetivo geral identificar e analisar as representações da violência contra a infância e a adolescência na obra **Capitães da areia**, de Jorge Amado (2006). No que se refere aos objetivos específicos, buscou-se fazer um levantamento teórico acerca dos estudos sobre a violência, articulados à obra, e analisar os aspectos das violências física, psicológica e verbal, relacionadas às personagens do livro *Capitães da areia* (2006).

Tendo em vista os objetivos apresentados, o problema articulou-se da seguinte forma: A violência exercida pelos Capitães da Areia, em relação à sociedade baiana, pode ser um reflexo e/ou resposta pela violência que sofriam, sendo ela cometida por essa sociedade?

Pela problematização engendrada na obra literária em estudo, a hipótese apresentada foi a de que seria possível afirmar que a violência exercida pelas personagens – crianças, adolescentes e jovens – desse universo ficcional, na sociedade baiana, trata-se de uma resposta e/ou reflexo da violência que essa sociedade exerceu sobre as personagens da obra.

A partir da observação de uma questão relevante em **Capitães da areia** (2006), tal como a abordagem de diferentes tipos de violência, ficou explicitada a necessidade de explorar essa forma de comportamento, no que diz respeito a sua atuação contra a infância e a adolescência, representadas pelo autor. A obra em estudo apresenta vários abusos ocorridos contra a parte pobre da sociedade, porém o foco desta pesquisa foi voltado somente para a violência contra os menores, que viviam à margem da sociedade baiana.

A seção 2 aborda o estudo sobre violência, apontando, inclusive, as três tipologias, quais sejam a física, a psicológica e a verbal. Em seguida, na subseção 2.1, foi possível ler um pouco sobre a história da violência. Diante dos vários conceitos de violência encontrados, foi utilizado apenas o de Marilena Chauí (2011) como parâmetro nesta pesquisa. Foram realizadas pequenas inserções sobre o contexto histórico mundial; no entanto, o cenário abordado aqui foi o da primeira metade do século XX, a fim de expor a situação política e econômica do Brasil após a Proclamação da República. Mostra, também, como a violência permeava esse

contexto, traçando um paralelo entre a obra e a realidade, com as consequências da legislação da época, ou seja, os anos 1930.

Prosseguindo, a subseção 2.2 trata, de modo geral, dos tipos de violência abordados neste estudo. O texto faz menção à obra intitulada **Um país chamado infância**, de Moacyr Scliar (2002), que foi relacionada com a vida e o cotidiano dos Capitães da Areia. Ao longo desta escrita, foram expostos os três tipos de violência estudados nesta pesquisa, associando alguns exemplos ocorridos em **Capitães da areia** (2006) com as teorias dos autores selecionados para o estudo.

A subseção seguinte, 2.2.1, aborda, especificamente, as questões da violência física. Foi utilizada a teoria de Faleiros e Faleiros (2008), objetivando conceituar tal violência. Realizou-se, também, um retorno histórico para mostrar as violências sofridas pelos índios, após a chegada dos portugueses ao Brasil e do sofrimento dos negros no período da escravidão. Trata, por fim, da violência sexual e das consequências que a vítima pode sofrer, ressaltando a necessidade de cuidado com as crianças e os adolescentes, por parte das famílias, e, na ausência destas, mostra a necessidade de que a responsabilidade seja do Estado.

Na subseção 2.2.2, a pesquisa coloca em relevo a violência psicológica, com base nos conhecimentos de Guerra (2008), de Russo et al. (2014), de Faleiros e Faleiros (2008) e de Dimenstein (2002), buscando mostrar que o abuso psicológico, em muitos casos, está atrelado a outras formas de violência. Toca na questão das dificuldades de se detectar essa violência, tendo em vista que ela não deixa marcas físicas. Os autores que embasam este estudo apontam as ocorrências e as consequências dessa violência. Diante do baixo índice de denúncias, foi destacado o fato de haver um número bem maior de casos de abuso emocional do que os que se tem estatisticamente denunciados, alertando para uma situação recorrente, ou seja, identificar o abuso emocional somente se ele estiver atrelado a outro tipo de violência. Entre outros objetivos, buscou-se mostrar, nesta pesquisa, a necessidade de se conscientizar a sociedade no que se refere a esse assunto, de modo a propiciar a tomada de providências em relação a essa violência.

A última tipologia abordada foi a violência verbal, estudada na subseção 2.2.3. Marques (2018) conceitua essa violência como um comportamento agressivo, caracterizado por palavras danosas. Destaca a ligação das violências verbal e psicológica, apontando para o fato de que a segunda pode ser causada pela primeira. Foram mencionadas as possíveis consequências sofridas pela vítima,

destacando-se, entre elas, a possibilidade de óbito. Mostrou-se que, embora a sistematização do estudo acerca da violência seja algo recente, já houve o aumento de pesquisas na área, gerando maior notoriedade ao tema. O assunto foi finalizado com a apresentação das leis de proteção às crianças e aos adolescentes, mas sinalizando cautela nas comemorações de tais avanços, visto que apontou para a necessidade de ações conjuntas entre família, Estado e sociedade, de modo a combater todo e qualquer tipo de violência que ainda possa ocorrer contra os menores de idade.

A seção 3, intitulada Estudo da obra, apresenta, inicialmente, dados da biografia do autor estudado, Jorge Amado, e menciona fatos relevantes de sua vida pública e privada. Em seguida, deu-se início à análise da obra literária **Capitães da areia** (2006). Essa parte inicia com uma reportagem do **Jornal da Tarde**, com relato de um assalto à casa de um senhor que faz parte da sociedade abonada de Salvador. Logo após, são apresentadas 5 cartas de leitores, cujos dois primeiros autores são membros ligados à elite da sociedade: a carta do Secretário do Chefe de Polícia e a do Doutor Juiz de Menores, seguindo-se a carta da mãe de um interno no Reformatório, a de um Padre e a do Diretor do Reformatório.

Posteriormente, foi feita uma explanação sobre quem são os Capitães da Areia, quantos são, como e onde vivem. Procurou-se mostrar as condições de vida desses meninos e a visão da sociedade em relação a eles. Mencionou-se a forma indistinta com a qual crianças e adultos do século XIII eram tratados e, ainda, foi traçado um paralelo com a distinção entre crianças pobres e ricas da obra em estudo.

Ainda nessa seção, foram destacados alguns capítulos da obra, tais como **As luzes do carrossel**, **Família**, **Alastrim**, sendo este último o capítulo em que a personagem Dora entra no romance, e, posteriormente, deu-se uma ênfase ao capítulo **Reformatório**, que mostra os tratamentos desumanos dados aos menores infratores, considerados delinquentes pela sociedade abastada e pelas autoridades.

De maneira mais detalhada, a subseção 3.1 aborda a questão das cartas enviadas à Redação do **Jornal da Tarde** e a visão da sociedade em relação aos meninos de rua. O texto inicia chamando a atenção do leitor para a forma diferenciada em que a elite julgava as crianças e as famílias da classe pobre. Mostra uma diferença marcante na forma de se dirigir aos menores de origem pobre e às

crianças e aos adultos pertencentes à classe alta da sociedade. Por meio dessas questões, fica clara a existência de duas infâncias.

Posteriormente, fez-se uma crítica ao caráter discriminatório do **Código de Menores** (BRASIL, 1927), que relacionava a pobreza à delinquência, não mostrando as reais dificuldades vividas pelos menores que vivem à margem da sociedade.

A subseção 3.2 apresenta a valorização diferenciada da infância ao longo dos séculos, enfatizando, ainda, diferenças entre as infâncias pobre e rica. A partir dessa temática, foram assinalados exemplos ocorridos na obra amadiana, relatando a reação dos menores à margem da sociedade, a esse tipo de tratamento.

Por fim, as subseções 3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3 retratam as maneiras pelas quais os Capitães da Areia reagiram às violências física, psicológica e verbal por eles sofridas. Isso acarretou um retorno às subseções já apresentadas (2.2.1, 2.2.2, 2.2.3), pela necessidade de referenciar os autores que tratam das violências estudadas e relacionar suas teorias com as experiências vividas pelas personagens da obra **Capitães da areia**, de Jorge Amado (2006).

2 OS CAMINHOS SOBRE VIOLÊNCIA QUE SE PRETENDE PERCORRER

Esta pesquisa aborda o tema da violência presente na obra **Capitães da areia**¹, de Jorge Amado (2006), e busca apresentar algumas tipologias da violência retratadas no romance, tais como a física, a psicológica e a verbal. Acrescenta-se, no entanto, que o foco da pesquisa será mantido apenas nas tipologias já apresentadas, a partir do segundo parágrafo da introdução.

O romance em estudo trata das violências sofridas e exercidas por meninos que se encontravam à margem da sociedade. Por meio da escrita ficcional, o autor procurou representar fatos que ultrapassavam as páginas de um livro e invadiam a realidade. De acordo com Britto (2016), “Amalgamando literatura e política, a produção literária brasileira da década de 1930 consistiu em abordagem social de denúncia [...]” (BRITTO, 2016, p. 20). O resultado dessa denúncia foi a incineração, em praça pública, de 808 exemplares da obra em estudo, pelo fato de, naquela época, o autor ter sido considerado simpatizante do credo comunista. A obra literária de Jorge Amado, que denunciava a violência, foi também tratada, nesse caso, com arbitrariedade e violência.

Diante disso, de maneira a dar prosseguimento a este texto dissertativo, ressalta-se a importância da realização de uma abordagem acerca da presença da violência no Brasil do século XX, sendo esse assunto abordado na subseção que se segue.

2.1 A VIOLÊNCIA NO BRASIL DO SÉCULO XX

A sociedade mundial convive, diariamente, com diferentes tipos de violência, que aparecem estampados em noticiários impressos, televisivos, *on-line*, além de, muitas vezes, lidar de perto com algumas delas. Os motivos são os mais variados possíveis, como brigas no trânsito, entre casais, entre pais e filhos, no tráfico de drogas, nas terríveis guerras, causadoras de massacres infundáveis, entre vários outros.

¹ De acordo com a ficha catalográfica de **Capitães da areia** (2006), quando houver menção a essa obra amadiana, a grafia aparecerá com a letra **C** maiúscula e com a letra **a** minúscula, seguida da data de publicação. No entanto, quando Capitães da Areia for grafado com as letras iniciais **C** e **A** maiúsculas, estará se referindo às personagens da obra, conforme fez o autor.

Robert Muchenbled (2014), no livro intitulado **Uma história da violência**: do final da Idade Média aos nossos dias, informa que a palavra **violência** é derivada do latim *vis*, “designando força e vigor, caracteriza um ser humano de caráter irascível e brutal. Define também uma relação de força que visa submeter ou constranger o outro” (MUCHENBLED, 2014, p. 15). De fato, é possível verificar que a violência se faz presente na vida humana, “desde tempos imemoriais, mas, a cada tempo, ela se manifesta de formas e em circunstâncias diferentes” (LEVISKY, 2010, p. 6).

Ainda conforme Levisky (2010), conceituar a violência pode ser algo mais complexo do que parece, tendo em vista “que a ação geradora ou sentimento relativo à violência pode ter significados múltiplos e diferentes dependentes da cultura, momento e condições nas quais elas ocorrem” (LEVISKY, 2010, p. 6).

Na presente dissertação, as reflexões teóricas se embasaram no conceito de violência apresentado por Marilena Chauí (2011), no artigo intitulado **Contra a violência**. Segundo a autora:

A ética se opõe à violência, palavra que vem do latim e significa: 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror (CHAUÍ, 2011, p. 1).

Nesta seção, a história da violência que se pretende apresentar está relacionada ao Brasil do século XX, mais aproximadamente do período em que a obra **Capitães da areia**, de Jorge Amado (1937), foi escrita sem, no entanto, descartar contextos estrangeiros que possam influenciar esse período. Dessa forma, será possível contextualizá-la de acordo com o momento histórico em que foi criada.

O cenário mundial da primeira metade do século XX foi marcado por duas grandes guerras, nas quais a disputa de poder, de território e da concorrência econômica entre os países europeus culminaram em mortes, destruição dos territórios envolvidos, além de prejuízos econômicos.

O Brasil, que teve sua República proclamada no século XIX, iniciou o século seguinte em plena recuperação de sua economia, que estava, até então, vinculada

às bases de uma produção agrícola latifundiária, voltada para a exportação. Esse período ficou conhecido como República Velha ou Primeira República.

No momento inaugural da República, São Paulo, com sua agricultura cafeeira, e Minas Gerais, representada pela economia do gado leiteiro, alternavam-se no poder e mantinham essa dinâmica, apoiados por outros estados brasileiros. Desse modo, São Paulo e Minas Gerais conseguiam manter o controle político e econômico do país, priorizando, sempre, os interesses das classes dominantes.

O próximo presidente seria paulista e, depois, mineiro e, depois paulista... alternando-se mutuamente. Porque as máquinas eleitorais eram postas para rodar [...] Essa gangorra tinha o apelido de Política do **Café com Leite**. Com ela, as oligarquias lanchavam os cidadãos. Os mais pobres ficavam mesmo na base da política do pão com água (SCHMIDT, 2005, p. 490, grifo do autor).

Percebe-se, aqui, uma manifestação de violência política e econômica contra as classes menos favorecidas, que não tinham seus interesses agraciados diante da dinâmica instaurada no Brasil. Foi, nesse período, inclusive, que a população mais humilde sofreu com o coronelismo, quando se verificava, por parte dos membros da elite econômica do país, a utilização da influência política para obrigar eleitores a votarem nos candidatos por eles indicados. A desobediência às ordens poderia acarretar perseguições e violência contra essa parte da população.

Um pouco mais adiante, a História mostra a queda econômica de muitos fazendeiros paulistas. Alguns deles, porém, já vinham investindo parte de seus lucros em outras atividades econômicas, como, por exemplo, no estabelecimento de indústrias. Diante disso, houve, nesse período, ainda que de forma muito lenta, o início da industrialização do país, fato que causou uma mudança na estrutura social brasileira, tendo em vista a formação de uma classe operária e o crescimento do espaço urbano.

Mas o Brasil demorou um tempo até que a indústria se desenvolvesse plenamente. Em 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao governo e devido à necessidade de diversificação da produção brasileira, houve uma aceleração no mercado industrial. Diante de tal crescimento, foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cujo objetivo foi amparar, legalmente, o trabalhador e preparar o Brasil para o crescente Mercado.

Mesmo diante do crescimento industrial vigente, o cenário geral de desenvolvimento no país ainda era bastante restrito. No final do século XIX e início do século XX, o Brasil possuía uma considerável parcela da população em situação de miséria.

Com o fim da escravidão, em 1888, os negros e suas famílias se viram abandonados de uma hora para a outra, elevando as estatísticas da pobreza. A ainda tímida industrialização atraía gente do campo, mas não conseguia absorver toda a mão de obra disponível. As cidades inchavam e o desemprego e a criminalidade disparavam (SENADO NOTÍCIAS, 2015. Não paginado).

A situação era ainda pior para as crianças e os adolescentes do país oriundos das classes economicamente desfavorecidas. Muitas vezes, sem a assistência das famílias e com a ausência de leis de amparo a essa parcela da população, restavam-lhes poucas alternativas:

[...] Ou trabalhavam, submetidos a serviços pesados ou perigosos, jornadas exaustivas e pagamentos irrisórios. Trabalhadores imberbes eram vistos operando máquinas nas indústrias, vendendo bilhetes de loteria nas ruas e participando das colheitas nas fazendas. Ou então perambulavam pelas ruas das cidades grandes, como Rio e São Paulo, agrupados em “malts”, como se dizia, cometendo roubos, aplicando golpes, pedindo esmolas ou simplesmente vadiando. Naquela altura, as escolas públicas eram raras e estavam reservadas para os filhos das classes abastadas (SENADO NOTÍCIAS, 2015. Não paginado, grifo do autor).

Na obra **Capitães da areia**, Jorge Amado (2006) retratou o cotidiano dos meninos do trapiche de maneira bastante próxima a essas questões ocorridas na realidade brasileira, descrevendo, desse modo, representações de aspectos da violência contra a infância e a adolescência, no referido universo ficcional.

Essas representações da violência estão presentes em todo o romance. As crianças e os adolescentes eram tratados como ladrões, delinquentes e, quando capturados, tinham o mesmo tratamento dado aos bandidos adultos. Apanhavam da polícia e eram encaminhados para os Reformatórios, onde, em tese, receberiam educação e aprenderiam uma profissão. No entanto, o autor descreveu esse Reformatório sob outra ótica. Os garotos encaminhados a essas instituições eram submetidos a castigos severos, caso não obedecessem às regras impostas a eles. Além disso, cumpriam uma rotina diária de trabalho pesado e eram mal alimentados. Diante desse contexto, o que se via não era uma instituição acolhedora, capaz de

transformar a conduta de seus internos, mas, sim, um total desamparo político e social, que reforçava a raiva e a violência naqueles meninos. Passando-se à realidade, a historiadora Maria Luiza Marcílio, citada no jornal **Senado Notícias** (2015), expressa o seguinte:

— Como sempre acontece no Brasil, há uma distância muito grande entre a lei e a prática. O Código de Menores trouxe avanços, mas não conseguiu garantir que as crianças sob a tutela do Estado fossem efetivamente tratadas com dignidade, protegidas, recuperadas (MARCÍLIO apud SENADO NOTÍCIAS, 2015. Não paginado).

Um olhar para alguns séculos atrás possibilitará a percepção de que castigos brandos ou violentos eram muito comuns no processo educacional, desde a Era Cristã. Segundo registros de Santo Agostinho (1987 apud CARVALHO, 2010):

[...] toda criança é uma pessoa má em potencial e deve ser submetida a castigos corporais moderados e severos, para que possa ter um crescimento adequado e uma personalidade boa, do mesmo modo como uma árvore para crescer frondosa e retilínea deve estar amarrada ao poste (SANTO AGOSTINHO apud CARVALHO, 2010, p. 34-35).

Contudo, tanto na realidade quanto na ficção, o que se percebe são meninos traumatizados e cada vez mais revoltados. Mas o século XX trouxe novas formas de se enxergar, assistir e proteger a infância, além de um novo modelo disciplinador. Conforme Janaina da Silva Rabelo e Maria Daniele Silva do Nascimento (2017), no artigo intitulado **Adolescentes em conflito com a lei na obra Capitães da areia, de Jorge Amado**:

O primeiro instrumento a prever normas de assistência e proteção aos menores foi o Código de Menores do Brasil, Decreto nº 5.083, de 01 de dezembro de 1926, posteriormente revogado pelo Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, conhecido como Código Mello Mattos, que consolidava as leis de assistência e proteção a menores (RABELO; NASCIMENTO, 2017, p. 6).

O Art. 1º desse Decreto previa que o menor de 18 anos, abandonado ou delinquente, deveria ser submetido às medidas de assistência e proteção, pelas autoridades competentes. No Art. 26, Inciso I, havia esclarecimento sobre qual menor de 18 anos poderia ser considerado abandonado, segundo a Lei: “I. que não tenham habitação certa, nem meios de subsistência, por serem seus pais falecidos,

desaparecidos ou desconhecidos ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja guarda viviam” (BRASIL, 1979 apud RABELO; NASCIMENTO, 2017, p. 6).

Diante do exposto e relacionando ficção com realidade, pode-se afirmar que o Inciso I, do Art. 26 do referido Decreto diz respeito às diferentes situações vividas pelos Capitães da Areia. Estavam nas ruas, sem a proteção das famílias, cometendo pequenos delitos para sobreviverem, suscetíveis ao recolhimento nos Orfanatos ou nos reformatórios, sendo que este último utilizava-se de castigos violentos, buscando **reformatar**² seus internos. Atos violentos, como os representados na obra, não conseguiam, no entanto, atender a esse objetivo, pois nenhum daqueles meninos melhorava a sua condição. Na verdade, viam-se apenas mais instigados a trilhar os caminhos da marginalidade.

A postura adotada pelo Reformatório da ficção não respeitava a proposta descrita em Lei. E, mesmo diante de denúncias, como aquelas ocorridas no início da história, por meio de cartas enviadas ao **Jornal da Tarde**, pouco ou nada se fazia em prol daquelas crianças e adolescentes. De maneira geral, a sociedade mantinha-se estática, tornando evidente, em várias passagens da obra, a conivência com a conduta excessiva e violenta por parte dos órgãos reguladores da ordem. A partir dessas colocações, vale lembrar o que Aline Winter Sudbrack (2010), no artigo **As vítimas do ódio: violência, estado e vulnerabilidade social no Brasil**, afirma a respeito do modelo brasileiro de sociedade:

O modelo brasileiro de sociedade compõe-se de distanciamento social, diferenciação de possibilidades econômicas e de acesso à Justiça. É um sistema complexo e relacional de hierarquias que transformam em naturais as brutais desigualdades de classe, cor, gênero, sexualidade, dentre outras (SUDBRACK, 2010, p. 120).

Completando esse pensamento e relacionando-o ao romance **Capitães da areia** (2006), pode-se asseverar que a elite da sociedade ainda se mantinha o mais distante possível dessa parcela da população, como será visto, a seguir, em uma passagem da obra, na qual o Padre José Pedro é abordado e repreendido por uma senhora, no momento em que levava os Capitães da Areia até o carrossel:

— O senhor não se envergonha de estar nesse meio, padre? Um sacerdote do Senhor? Um homem de responsabilidade no meio desta gentinha...
— São crianças, senhora.

² Grifo nosso.

A velha olhou superiora e fez um gesto de desprezo com a boca [...].
 – Isso não são crianças, são ladrões. Velhacos, ladrões. Isso não são crianças. São capazes até de ser dos Capitães da Areia... Ladrões – repetiu com nojo.
 – Não se aproxime de mim, não se aproxime de mim, imundície. Se não fosse pelo padre eu chamava o guarda (AMADO, 2006, p. 72-73).

Diante da representação desse comportamento hostil, torna-se importante destacar o que Josiel Artigas Machado e Mario Antônio Sanches (2014), por meio do artigo **A gênese da violência infantil**, expõem em relação à sociedade atual e à violência:

[...] a sociedade, ao tornar-se conivente e/ou omissa perante casos de violência, contribui de certa forma com a aniquilação do passado, do presente e do futuro. Ou seja, aprisiona-se a criança a traumas, medos e fobias fazendo-a esquecer-se do seu passado, que por sua vez não há boas recordações para carregar consigo. O presente se torna insípido, e o futuro fica à mercê da sorte, devido à baixa autoestima em tentar um posicionamento e se autoafirmar perante uma sociedade excludente (MACHADO; SANCHES, 2014, p. 180).

O desamparo familiar, social e do Estado, juntamente com atos de violência em relação às crianças e aos adolescentes representados em **Capitães da areia** (2006), favorecem uma formação desequilibrada e desordenada desses indivíduos. Assim, vale salientar o que afirma Mario Cesar Miranda Melo (2009), para quem “[...] As crianças pobres representadas na Literatura Brasileira deixam de ser frágeis e desamparadas, passando a reagir à violência que sofrem, talvez não da forma ideal, mas da única forma possível: com mais violência” (MELO, 2009, p. 54).

No momento atual, existem leis de amparo à criança e ao adolescente, como o **Estatuto da Criança e do Adolescente** (ECA). Todavia, de acordo com Altamir Botoso e Hicléa Luiza Costa Ton Pauletti (2012), no artigo **Adolescência e marginalização em Capitães da areia, de Jorge Amado**, “[...] Muitas mudanças ocorreram em nosso país em todos os sentidos, mas o planejamento social, a qualidade e as condições de vida de muitos continuam as mesmas retratadas no universo ficcional criado pelo escritor baiano” (BOTOSO; PAULETTI, 2012, p. 20). É preciso refletir sobre as condições existentes e as condições desejadas, pois, conforme afirmam Douglas Braid de Moraes e Milena Martine de Melo (2016), no artigo **Crianças na escuridão: literatura e realidade em um Brasil de abandono**:

O ideal de transformação social se dá quando a desigualdade não é a justificativa para apartar uma criança do convívio social, mas sim o impulso real para aplicação da justiça e formação de uma identidade cidadã. Somente com a atuação conjunta – e genuína – da sociedade, da família e do Estado (principalmente) é que ter-se-á novos horizontes (MORAES; MELO, 2016, p. 18, grifo dos autores).

Desse modo, é preciso que a sociedade brasileira tome consciência da difícil questão de desamparo de crianças e jovens do país, ficando mais atenta em relação ao que dizem as leis, bem como ao que se realiza efetivamente. Esse tipo de postura social permite que haja cobrança das autoridades, favorecendo o real cumprimento das leis.

Nesta pesquisa, destaca-se a necessidade de atenção aos atos do Estado, porque, segundo Sudbrack (2010):

No Brasil, durante as últimas décadas, o Estado sustentou a acumulação do capital com a manutenção de práticas oligárquicas de apropriação do aparelho estatal, preservando, assim, as relações sociais autoritárias e excludentes. [...] Com isso, retroagimos a uma realidade social do século XIX com um “exército de reserva” que, sem emprego e sem perspectivas de futuro, engrossa as fileiras da marginalidade, constituindo-se nas chamadas classes perigosas, de onde provém a maioria das vítimas combatidas cotidianamente pelo aparelho policial, enquanto inimigos da sociedade (SUDBRACK, 2010, p. 112, grifo do autor).

O panorama exposto pela autora é muito próximo das representações que Jorge Amado faz em **Capitães da areia** (2006), sendo, justamente, devido a esse cenário que se deve reivindicar ao Estado que cumpra o seu papel e proporcione melhores condições de vida a essas crianças e jovens. Também é preciso cobrar do governo efetivo amparo de seus pais e/ou responsáveis, possibilitando, assim, a oportunidade de um bom desenvolvimento a essa parcela da sociedade, que, ainda hoje, é tratada com tanto descaso. Além dessas colocações, é importante mencionar o que Britto (2016) assevera sobre a obra amadiana em estudo: “Esse tipo de literatura propõe que não se deve aceitar o mundo como ele é, mas ter capacidade, coragem e vontade de propor uma saída para os problemas” (BRITTO, 2016, p. 35).

Diante das considerações apresentadas, foi possível entender que Jorge Amado, ao representar a violência em sua obra, estava, com efeito, fazendo uma denúncia da violência ocorrida em 1937 e que, ainda hoje, em 2019, mesmo com a existência de leis específicas de amparo e proteção à criança e ao adolescente, a violência continua presente na sociedade brasileira.

2.2 TIPOS DE VIOLÊNCIA

Tendo em vista os estudos realizados anteriormente, foi possível perceber vários pontos relativos à violência, entre eles: o fato de não existir um marco de sua aparição na história da humanidade, exceto quando se refere à etimologia da palavra; a questão de a violência estar diretamente ligada à relação de força e poder de uns sobre outros; e ao fato de que a violência pode ter significados e manifestar-se de formas diferentes, dependendo do tempo e da cultura dos indivíduos.

Nota-se, portanto, que a violência não é algo único, estático e imutável. Ela se apresenta de formas múltiplas e variadas, nos mais diferentes contextos e tempos históricos. Essa afirmação pode ser ilustrada com dados do **Repórter Unesp** (2014):

Durante a Idade Média, a violência era utilizada com a finalidade de punir transgressões, educar e intimidar a proliferação do senso crítico entre os grupos sociais marginalizados. Este foi um dos períodos históricos mais violentos, no qual a aplicação das punições era convertida em espetáculos sangrentos para demonstrar o poder da estrutura social vigente (REPÓRTER UNESP, 2014. Não paginado).

Outra forma de violência, mais comum na contemporaneidade, será apresentada a seguir. No livro de Moacir Scliar (2002), intitulado **Um país chamado infância**, nas primeiras palavras, o autor descreve como seria esse lugar que dá nome à obra. Lá, as crianças vão de um lugar para o outro, sonham, brincam, vivem conflitos com seus pais, mas, quando se cansam, têm onde ficar, cama para dormir, aconchego do lar e, quando chega o novo dia, essas aventuras, certamente, irão recomeçar.

O país da infância aqui descrito faz menção a um lugar onde as crianças vivem com suas famílias, acolhidas em um espaço no qual é possível brincar, sonhar, estudar e, principalmente, amar e serem amadas. Todavia, infelizmente, essa não é uma regra aplicada de maneira geral; por isso, surge uma das formas em que a violência se manifesta.

Segundo Scliar (2002):

Nem todas as crianças, contudo, podem viver no país da infância. Existem aquelas que, nascidas e criadas nos cinturões de miséria que hoje rodeiam as grandes cidades, descobrem muito cedo que seu chão é o asfalto hostil, onde são caçadas pelos automóveis e onde se iniciam na rotina da criminalidade. Para estas crianças, a infância é um lugar mítico, que podem apenas imaginar quando olham as vitrinas das lojas de brinquedos, quando

veem TV ou quando olham passar, nos carros dos pais, os garotos de classe média. Quando pedem num tom súplice – tem um trocadinho aí tio? – não é só o dinheiro que querem; é uma oportunidade para visitar, por momentos que seja, o país com que sonham (SCLIAR, 2002, p. 4).

O recorte realizado a partir do livro de Scliar (2002) permite ilustrar também o cotidiano dos Capitães da Areia, que são meninos de rua, os quais vivem na miséria, tentando driblar a fome, a indiferença social e política, enveredando-se para a criminalidade, na busca de sobrevivência. Percebe-se, aqui, que a violência imposta a esses menores é devolvida à sociedade em forma de mais violência.

Ainda nesse excerto, Scliar (2002) afirma que, ao pedirem um trocado, esses meninos nada mais querem do que uma oportunidade para visitar o país com o qual sonham; todavia, muitas vezes, esse desejo se torna um pesadelo. Ao mendigarem ou oferecerem algum produto em troca de uma moeda, acabam sendo vítimas de intolerância e de violência, como se pode verificar na passagem a seguir, em **Capitães da areia** (2006):

Uma vez, e era no verão, um homem parara vestido com um grosso sobretudo para tomar um refresco numa das cantinas da cidade. Parecia um estrangeiro. Era pelo meio da tarde e o calor doía nas carnes. Mas o homem parecia não senti-lo, vestido com seu sobretudo novo. O Professor achou o homem engraçado e com cara de sujeito de dinheiro e começou a fazer um desenho dele (com o sobretudo enorme, maior que o homem, era o próprio homem o sobretudo) a giz no passeio. E ria de satisfação, porque provavelmente o homem lhe daria uma prata de dois mil-réis. O homem voltou-se na sua cadeira e olhou o desenho quase concluído. O Professor ria, achava o desenho bom, o sobretudo dominando o homem, era mais que o homem. Mas o homem não gostou da coisa, se deixou possuir por uma grande raiva, levantou-se da cadeira e deu dois pontapés no Professor. Um atingiu o menino nos rins e ele rolou pela calçada gemendo. O homem ainda meteu o pé no seu rosto, dizendo congestionado ao se afastar: – Toma, corneta, para aprender a não fazer burla de um homem (AMADO, 2006, p. 89).

Tendo em vista o tratamento recebido pela personagem jovem, chamada de Professor, percebe-se um sentimento de indiferença social em relação aos meninos de rua e às suas necessidades, além de haver impunidade para aqueles que usavam a violência contra menores, como representado na obra em estudo.

Fica explícito que, além da violência física exercida pelo homem do sobretudo, houve também violência em forma de indiferença e de descaso por parte das famílias, que não estavam presentes na criação de seus filhos, e também por parte do Estado, que, ausentando-se na elaboração/execução de leis e no amparo de jovens que se encontravam fora do convívio familiar, permitia que crianças e

adolescentes passassem por tais situações, sem que houvesse punição para quem as cometesse.

Diante dessas questões, é importante destacar observações realizadas por Botoso e Pauletti (2012) sobre a obra amadiana:

Percebemos a preocupação do autor em retratar a realidade dos meninos, pois as crianças e os adolescentes são reflexos da vida que levavam e do destino que tiveram, como a falta de uma mãe, de um pai, de afeto, carinho, amor, cuidados básicos, escola e orientação (BOTOSO; PAULETTI, 2012, p. 6).

Amado (2006), em sua obra, representou, exatamente, a ausência desses pontos fundamentais para o desenvolvimento das pessoas, justificando-se, desse modo, o comportamento e as atitudes dos meninos do trapiche.

Outro tipo de violência representado na obra **Capitães da areia** (2006) é a violência verbal. Logo no início do romance, quando o **Jornal da Tarde** publicou fatos sobre um assalto ocorrido na cidade, os supostos responsáveis foram citados na reportagem, como **crianças ladronas**, sendo que o crime fora atribuído aos Capitães da Areia. O texto publicado fazia referência, também, à **extinção do bando**, aos **precoces criminosos**, ao **bando de demônios**, sendo esta última expressão relatada pelo jardineiro da casa assaltada. Enfim, eram palavras ofensivas, atribuídas a meninos de camadas populares, não havendo o menor respeito aos indivíduos e tudo feito à revelia, sem que se buscassem os reais motivos pelos quais as crianças e os jovens encontravam-se em situação de rua. Ao longo do romance, há vários outros exemplos dessa violência verbal, endereçada às crianças e aos jovens das camadas economicamente desfavorecidas. Já as personagens ricas eram tratadas com adjetivos elogiosos e cordiais, tais como **abastadas e acreditadas**, referindo-se ao Comendador José Ferreira, dono da **bela vivenda**, e à **linda criança**, o **Raul**, mencionando o neto do Comendador. Tais formas de tratamento evidenciavam, ainda mais, as diferenças econômicas e sociais existentes na sociedade baiana.

Perante tantas expressões de violência, outra que se fez presente no romance e que abalou bastante algumas personagens foi a violência psicológica. Um dos momentos de sua evidência é quando Pedro Bala, chefe dos Capitães da Areia, é capturado após um assalto. Na delegacia e no Reformatório, além das violências física e verbal, Pedro Bala também sofreu com a violência psicológica,

exercida tanto pelo investigador quanto pelo Diretor do Reformatório, para que ele denunciasse o resto de seu bando. Embora levasse uma vida tomando atitudes que o tornavam parecido com adultos infratores, ele era apenas um menino e sofreu muito com o tratamento que recebeu.

Durante toda a narrativa, a violência retratada pelo autor do romance não foi apenas em relação às crianças e aos jovens. O autor representou, também, a violência do Estado em relação à parte mais pobre da sociedade baiana, quando descreveu, no capítulo intitulado **Alastrim**, o descaso com a Saúde Pública e com aqueles que dela necessitavam. A vacina de combate à doença era destinada à parcela mais rica da população. Aos pobres, restava o lazarento, lugar distante, para onde as vítimas da varíola eram levadas e de onde, normalmente, não voltavam.

Por meio do exposto, é possível identificar algumas representações de violência no romance **Capitães da areia** (2006); no entanto, reitera-se que, nesta pesquisa, abordar, com maior ênfase, aquelas cometidas contra os meninos do trapiche, enfocando as violências: física, psicológica e verbal. Tais estudos serão apresentados nos itens que se seguem.

2.2.1 A violência física

A violência é um fenômeno complexo, que se encontra presente na sociedade contemporânea. As ocorrências são as mais variadas possíveis, e as vítimas advêm de todas as classes sociais, indistintamente.

Na obra **Capitães da areia** (2006), o autor, por meio de representações, ressaltou a violência sofrida/exercida por meninos oriundos das classes populares que se encontravam em situação de rua. Todavia, as violências representadas ao longo do romance, além de atingirem os menores de rua, também foram endereçadas, de maneira geral, à população mais carente da cidade de Salvador. Na medida em que eram apresentadas essas situações e o modo tendencioso com o qual eram solucionadas, também eram ressaltadas as diferenças de classes e a importância que cada uma tinha dentro da sociedade baiana.

Pretende-se, contudo, neste momento, dar maior enfoque às questões relativas à violência física contra crianças e adolescentes, amplamente representada em **Capitães da areia** (2006) e, para tanto, torna-se necessário fazer uma abordagem dessa temática.

Vicente de Paula Faleiros e Eva Silveira Faleiros (2008), no artigo intitulado **Escola que protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes, asseguram que:

A violência física contra crianças e adolescentes é uma relação social de poder que se manifesta nas marcas que ficam principalmente no corpo, machucando-o, causando-lhe lesões, ferimentos, fraturas, queimaduras, traumatismos, hemorragias, escoriações, lacerações, arranhões, mordidas, equimoses, convulsões, inchaços, hematomas, mutilações, desnutrição e até morte. [...]

São formas de violência física: a disciplina física abusiva com fins corretivos (tapas, surras e agressões com qualquer tipo de objeto), torturas, privações físicas deliberadas (de comer e de beber), restrições de movimentos (confinamento), privação ou transferência de abrigo (expulsão do lar, colocação em outra residência, internação), trabalho forçado e inadequado à idade e desenvolvimento do vitimizado, eliminação física (assassinato) e violência sexual (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 35).

Na maioria dos casos, a violência física contra a criança e o adolescente ocorre, inicialmente, no ambiente familiar da vítima, caracterizando-se como violência doméstica e intrafamiliar. Ana Cláudia de Souza Monteiro et al. (2008), no artigo intitulado **Olhares maternos acerca da violência contra a criança: constituindo significados**, ao mencionarem a questão da violência doméstica e intrafamiliar, fazem a seguinte colocação: “Assim, enquanto a primeira instala-se entre pessoas que não mantêm vínculos de consanguinidade ou afetiva, a violência intrafamiliar é gerada entre pessoas com vínculos consanguíneos [...]” (MONTEIRO et al., 2018, p. 40).

A violência física cometida dentro do ambiente familiar pode ser justificada pelo agressor como forma de corrigir os que estão a sua volta, de modo a ensinar-lhes boas atitudes ou, simplesmente, não é justificada. De acordo com Monteiro et al. (2018):

A violência física é um fenômeno complexo que se constitui em um desafio, podendo alterar a relação familiar. Muitas vezes, esses atos de violência são silenciados pelos próprios responsáveis e utilizados como forma de educar. Crianças que sofrem agressões podem manifestar comportamentos agressivos, além de tornarem-se pessoas tristes e muitas vezes apresentarem dificuldade de aprendizagem (MONTEIRO et al., 2018, p. 42).

Percebe-se, neste estudo, que um ambiente familiar formado por comportamentos agressivos é bastante prejudicial à formação dos indivíduos, fazendo com que esses se tornem, muitas vezes, pessoas também agressivas. Além

disso, muitos jovens sentem vontade de ir para longe, ou seja, de abandonarem suas casas. O lar, que deveria ser um lugar acolhedor, em que os pais e/ou responsáveis pudessem dar um bom direcionamento educacional às crianças e aos adolescentes nem sempre é assim. Gilberto Dimenstein (2002), no livro **Cidadão de papel**, afirma:

A pobreza provoca uma infecção chamada desintegração familiar. E ela vem junto com a violência. Meninos costumam dizer que preferem morar na rua a morar em casa. É que, assim, fogem das agressões do pai ou da mãe. E muitos pais batem nos filhos porque bebem (DIMENSTEIN, 2002, p. 39).

Não é só a pobreza, no entanto, que favorece essa violência, pois há, também, fatores como a precariedade da educação, a omissão do Estado em relação às ações de desenvolvimento do país, além da impunidade em relação aos agressores, que contribuem, sobremaneira, para a manutenção da violência.

Embora o surgimento da violência não tenha um marco oficial na história mundial, é possível pensar que ela esteve presente no país, desde o Brasil Colônia (1500-1822). Segundo Viviane Nogueira de Azevedo Guerra (1998):

[...] os castigos e as ameaças foram introduzidos no Brasil Colonial pelos primeiros padres da Companhia de Jesus, em 1549. Como dizia o padre Luís da Grã, em 1553, “sem castigo não se fará vida” (Leite, 1940), estando reservados àqueles que pensavam faltar à escola jesuítica palmatórias e o tronco. A reação indígena a tal tipo de prática era de indignação e, muitas vezes, abandonavam o local de estudo por este motivo (GUERRA, 1998, p. 77, grifo do autor).

Os índios ficavam indignados com a ocorrência de tais fatos. Chaves (1995 apud GUERRA, 1998) afirma que “os diferentes relatos dos padres e em diferentes capitâneas comprovam que os índios não se utilizavam de castigos físicos para o disciplinamento dos filhos” (CHAVES, 1995 apud GUERRA, 1998, p. 76). Essa situação ficou bem diferente após a chegada dos portugueses ao Brasil, no ano de 1500.

Vale lembrar também que, no período da escravidão, marcado por comportamentos extremamente violentos em relação aos negros, além dos adultos, as crianças também sofriam violência. Essas eram tratadas como objetos pelos filhos dos senhores brancos, além de apanharem com chicotes e outros instrumentos que lhes causavam algum suplício, caso cometessem alguma atitude

que desagradasse seus donos. Maria de Fátima Rodrigues das Neves (1992), no texto intitulado **Violência contra a criança escrava no século XIX**, afirma que:

[...] os escravos não estavam expostos somente a castigos decorrentes de faltas cometidas. Inúmeras vezes os castigos físicos eram dotados de um caráter pedagógico e exemplar, visando, em última instância, reativar o poder senhorial pelo medo e pelo respeito imposto naquele momento (NEVES, 1992, p. 66).

Percebe-se, nas considerações apresentadas, que aquele foi um tempo de muita violência e que esta era utilizada arbitrariamente como forma de disciplinar, além de garantir a ordem e o respeito pelos detentores do poder.

Vive-se, vive-se em uma sociedade na qual uma parcela da população ainda se utiliza de castigos físicos para educar os filhos, reproduzidos a partir de ranços históricos. As leis de proteção às crianças e aos adolescentes já conseguem inibir um pouco mais essas práticas agressivas, o que, todavia, ainda deixa longe o fato de elas estarem extintas. Outra questão bastante séria a ser considerada refere-se ao abuso sexual.

De acordo com a OMS³, violência sexual é “qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual, investidas ou comentários sexuais indesejáveis, ou tráfico ou qualquer outra forma, contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção”. Pode ser praticada, segundo o organismo, por qualquer pessoa, independentemente da relação com a vítima, e em qualquer cenário, incluindo a casa e o trabalho (VIOLÊNCIA SEXUAL..., 2018. Não paginado, grifo do autor).

É preciso enfatizar que esse tipo de violência pode causar, na vítima, consequências a curto e a longo prazo. Vale lembrar que a curto prazo, as decorrências físicas podem ser gravidez, infecções e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs); já a longo prazo, as vítimas:

[...] podem desenvolver distúrbios na esfera da sexualidade, apresentando ainda maior vulnerabilidade para sintomas psiquiátricos, principalmente depressão, pânico, somatização, tentativa de suicídio, abuso e dependência de substâncias psicoativas (VIOLÊNCIA SEXUAL..., 2018. Não paginado).

Diante disso, é possível notar que violência sexual é mais uma forma cruel de violência presente nas sociedades. No Brasil, já existem leis para combater esse tipo de abuso como, por exemplo, a Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006 (BRASIL,

³ Organização Mundial de Saúde.

2006), mais conhecida como Lei Maria da Penha. Esta Lei trata, na verdade, da violência sexual no âmbito doméstico e familiar, mas tornou-se uma forma exemplar de inibição para os crimes nesta área. Guardadas as ressalvas do contexto em que aparece redigido, em seu Art. 7º, Inciso III, consta que:

[...] a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006. Não paginado).

Outra lei que se refere à violência sexual é a **Constituição Federal** de 1988, que traz, no Art. 227, parágrafo 4º, a seguinte orientação: “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual” (BRASIL, 1988. Não paginado). Por fim, o Art. 241-D do **Estatuto da Criança e do Adolescente** (BRASIL, 1990) versa o seguinte:

Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:

I – facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso (BRASIL, 1990. Não paginado).

Mesmo diante dessas leis, por medo, por vergonha, por dificuldade de se expressarem ou de denunciarem o agressor, as vítimas, muitas vezes, ainda não denunciam esse tipo de abuso, que continua assombrando a sociedade contemporânea.

Tendo em vista o quadro de violência física exposto nesta investigação, torna-se visível a necessidade de maior atenção às questões relativas às crianças e aos adolescentes do país. Há necessidade de maior cuidado por parte das famílias e, quando essas não o fazem, é importante que o Estado estabeleça e execute ações de proteção integral a essa parcela da população, de modo a lhes garantir os direitos fundamentais, conforme consta no Art. 4º do ECA⁴.

⁴ Art. 4º: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à

2.2.2 A violência psicológica

Nesta subseção, evidencia-se o desafio de se colocar em foco apenas uma tipologia de violência, ou seja, a violência psicológica, visto que ela, em muitos casos, pode estar atrelada a outras formas de abuso. Mas, antes de dar início ao estudo sobre essa modalidade de violência, é preciso assinalar que, conforme Gláucia Russo et al. (2014), no texto intitulado **Quando a realidade cala: violência psicológica intrafamiliar contra crianças e adolescentes em Mossoró:**

[...] a violência está presente na totalidade da vida social pelas relações que por ela ou nela se estabelecem e está intimamente relacionada à forma de compreendermos o mundo, individual ou socialmente. Ela está na rua, no trabalho, ou até mesmo nos locais considerados mais sagrados, como a Igreja e o lar. Parece não haver muros ou muralhas que possam freá-la (RUSSO et al., 2014, p. 164).

Assim, a partir das considerações apresentadas, entende-se que a violência encontra-se presente nas relações sociais e, por isso, há ocorrências que variam de acordo com essas relações interpessoais. Por esse motivo, ela poderá variar de sujeito para sujeito, tendo em vista o grau de intimidade e intensidade dessa relação.

A próxima modalidade de violência a ser abordada é rodeada de certa dificuldade para ser percebida. Ela não deixa marcas visíveis como a violência física, nem sempre é entendida pela vítima como uma forma de violência e, por esse motivo, pouquíssimas vezes é denunciada. Vale lembrar que a violência psicológica pode ocorrer com sujeitos de qualquer idade e classe social. Neste texto dissertativo, as vítimas a serem tomadas em consideração para a análise proposta serão crianças e adolescentes.

A **violência psicológica** está pautada no uso de autoridade em uma relação de poder, prejudicando, desse modo, o desenvolvimento psicológico do sujeito. Guerra (2008, p. 33) assinala que “a violência psicológica também designada como tortura psicológica ocorre quando um adulto constantemente deprecia a criança,

educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

bloqueia seus esforços de autoaceitação, causando-lhe grande sofrimento mental”. Segundo Russo et al. (2014), ela pode manifestar-se também por meio “de insultos, humilhação, rebaixamento moral, ridicularização, não demonstração de afeto, dentre outros aspectos” (RUSSO et al., 2014, p. 165).

A violência psicológica, embora ocorra nos mais variados meios sociais, muitas vezes, tem início dentro do próprio ambiente familiar. Os pais ou responsáveis, os quais, por dever, prescrito em lei, como ocorre no Art. 227 da **Constituição Federal** (BRASIL, 1988) - que versa sobre o dever da família, da sociedade e do Estado de designar cuidado e proteção às crianças, adolescentes e jovens, acabam por manter com elas uma relação de poder, que se garante por meio de agressões verbais ou psicológicas, transformando a desejada proteção em opressão.

As vítimas do abuso emocional têm probabilidade de sofrer graves consequências, sendo capazes, até mesmo, ter a personalidade prejudicada. Esse fato pode ser constatado em um estudo publicado no **Journal of Psychiatric Research**, coordenado pelo professor Diogo Lara, da Faculdade de Biociências da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). A depressão, o estresse, a ansiedade e os problemas de autoestima são alguns desses sintomas identificados.

Quase 11 mil pessoas participaram desse levantamento, que foi feito por meio de um questionário que relacionou traumas de infância e personalidade. O resultado é assustador: pessoas que sofreram abuso emocional grave apresentaram 17% mais chances de cometer tentativa de suicídio. Das pessoas que não enfrentaram nenhum trauma emocional, 40% se consideravam emocionalmente saudáveis, contra 20% daquelas que tinham sofrido algum abuso. Mais de 50% delas relataram ter sofrido abuso emocional na infância (GREENME, 2018. Não paginado).

Uma questão muito agravante nesse contexto, presente nos estudos de Russo et al. (2014), é a seguinte: as ocorrências de violência psicológica que constatadas quantitativamente são baixas, pois, como já foi mencionado anteriormente, há um baixo índice de denúncias, não condizendo com os reais acontecimentos. Isso quer dizer que há muito mais casos do que se tem notificado.

Dentro desse cenário, depara-se com um grande perigo, que está diretamente ligado à condescendência em relação aos casos ocorridos. Talvez isso aconteça pelo fato de não ser fácil identificar esse tipo de abuso como sendo uma violência

ou, simplesmente, pela falta de marcas visíveis no corpo da vítima, que, normalmente, é o que mais chama atenção.

Sobre o assunto, Faleiros e Faleiros (2008) afirmam que:

Essa forma de violência é muito frequente e também a menos identificada como uma violência, em função do alto grau de tolerância da nossa sociedade frente a esse tipo de abuso. Praticamente ninguém denuncia ou responsabiliza pais, parentes, professores, policiais, profissionais da saúde e da assistência, entre outros, que desqualificam ou humilham crianças e adolescentes (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 36).

A violência psicológica, em boa parte dos casos, só se torna visível quando está acompanhada de outra ou de outras formas de violência. É relevante, nesta questão, dar igual importância a todo e qualquer tipo de sua manifestação, combatendo-as, independente de como e de onde ocorram, pois, de alguma forma, todas trarão prejuízos às vítimas.

Sabendo-se que o abuso emocional está pautado em uma relação de poder, que pode ocorrer em qualquer lugar e dentro dos mais diferentes tipos de relações, faz-se necessário destacar, também, o abuso que crianças e adolescentes de rua sofrem diariamente.

Vale lembrar que esses jovens vão para as ruas, porque, em muitos casos, algo não vai bem dentro da própria família, fato já apresentado anteriormente, em uma citação de Dimenstein (2002). Além disso, o Estado também se omite em ações de amparo e proteção às crianças e aos adolescentes. Para dificultar ainda mais a situação dessas pessoas, a vida no asfalto também não é algo fácil. É preciso saberem se relacionar com todo tipo de gente, além de terem de sobreviver de alguma forma.

Nesse contexto, muitas crianças e jovens passam a vender algum tipo de produto nas ruas, constatando-se abandono ou negligência a esses indivíduos por parte das famílias e do próprio Estado. Além disso, por precisarem sobreviver, muitas vezes, cometem delitos como roubos a estabelecimentos ou assalto a cidadãos comuns, tornando-se indesejados por boa parte da sociedade. Em razão disso, são reprimidos por quem tem de garantir a ordem nas ruas: os policiais.

A ordem e a segurança são muito necessárias para manter a paz em uma sociedade. Segundo Michel Foucault (2004), na obra intitulada **Vigiar e punir**, o controle social conseguido por meio de violência e de disciplina servia como forma

de manutenção do poder das elites; contudo, não era garantia de recuperação dos infratores, que, muitas vezes, revoltavam-se mais em razão da forma abusiva pela qual eram tratados. Quando a desordem se instaurava, o poder ficava abalado. Diante dessa afirmação, questiona-se: de que forma se instauravam os métodos e mecanismos desse controle social? Geralmente, dá-se em uma relação de poder, na qual policiais usam força física e psicológica, buscando manter a organização e a segurança das pessoas economicamente mais favorecidas. Xingamentos e humilhações tornam-se normais aos olhos de quem assiste às cenas, tendo em vista que a sociedade, em grande parte, apoia esse tipo de atitude. Segundo Dimenstein (2002):

[...] pesquisas de opinião pública mostram que a maioria dos brasileiros está insensível à violência contra a criança carente. Muitos não admitem publicamente, mas, no fundo, concordam com o extermínio. Supõem que, assim, estariam mais seguros. Dissemina-se o preconceito: passa-se a ver toda e qualquer criança de rua como marginal ou necessariamente candidato a marginal (DIMENSTEIN, 2002, p. 48).

Em geral, a população não questiona os motivos pelos quais esses jovens habitam as ruas, o motivo de terem saído de casa ou de não terem amparo familiar. Para grande parte da sociedade, a culpa é, exclusivamente, do indivíduo e deseja uma solução imediata sem, sequer, pensar e planejar o futuro.

Nesse sentido, convém destacar que Dimenstein (2002) assevera o seguinte:

Por trás de um garoto abandonado existe um adulto abandonado. E o garoto abandonado de hoje é o adulto abandonado de amanhã. É um círculo vicioso, em que todos são vítimas, em maior ou menor escala. Vítimas de uma sociedade que não consegue garantir um mínimo de paz social.

Paz social significa poder andar na rua sem ser incomodado por pivetes. Isso porque, num país civilizado, não existem pivetes. Existem crianças desenvolvendo suas potencialidades [...] É não considerar normal a ideia de que o extermínio de crianças ou adultos garanta a segurança (DIMENSTEIN, 2002, p. 49).

O abandono de crianças e adolescentes, as humilhações sofridas, a negligência afetiva e determinadas características que lhes são atribuídas configuram-se como violência psicológica. Muitos jovens passam por isso diariamente nas ruas. Talvez, por serem considerados perigosos ou por serem indesejados, essa violência não se torna visível aos olhos da sociedade. Não se trata, aqui, de vitimizá-los ou de desresponsabilizá-los pelas infrações que cometem,

mas, sim, da tentativa de tentar entender os motivos pelos quais se portam dessa maneira. Torna-se viável buscar uma forma de dar direcionamento a esses sujeitos e responsabilizar, adequadamente, aqueles que deveriam cuidar desses jovens e acolhê-los.

Percebe-se, enfim, que é fácil praticar a violência psicológica, havendo, porém, grandes dificuldades de detectá-la. Além disso, existe também um embaraço para que essa seja denunciada, principalmente, quando é praticada por pais contra crianças e adolescentes. Por esse motivo, faz-se necessário contar com o auxílio e a orientação de profissionais gabaritados, sobretudo os das áreas de Saúde, de Psicologia e de Assistência Social, que possam ter um olhar atento e treinado para enxergar as sutilezas que escondem esse tipo de violência. É importante ressaltar que, sempre que possível, o acompanhamento profissional deve ser realizado tanto em relação à vítima quanto em relação ao agressor. Também é necessário conscientizar a sociedade da existência desse tipo de abuso, visto que proporcionar o conhecimento pode favorecer a diminuição do preconceito e efetivar a tomada de providências em relação a essas questões.

2.2.3 A violência verbal

Os estudos acerca da violência realizados até aqui conduzem à última tipologia proposta nesta pesquisa, qual seja, a violência verbal. Sabe-se que, embora a violência física seja mais evidenciada, devido às marcas que deixa no corpo da vítima, há outros tipos de violência que causam tanto ou mais dor do que ela.

Neste momento, faz-se referência à violência verbal, que, segundo José Roberto Marques (2018), “é um comportamento agressivo, caracterizado por palavras danosas que têm a intenção de ridicularizar, humilhar, manipular e/ou ameaçar [...]” (MARQUES, 2018. Não paginado). A violência verbal pode incidir, significativamente, sobre a vítima, causando-lhe danos irreparáveis.

Importa assinalar que a violência verbal e a violência psicológica estão diretamente ligadas, uma vez que, em muitos casos, a segunda é causada pela primeira. A vítima é agredida verbalmente, de forma contínua e, desse modo, passa a apresentar problemas psicológicos que afetam sua vida.

Assim como acontece com a violência psicológica, a agressão verbal ocorre nos mais variados meios sociais e a partir de diferentes pessoas, independente da relação que mantêm entre si. Um gestor pode agredir um funcionário, um marido pode agredir sua mulher, pais podem agredir seus filhos, jogadores de futebol podem agredir o juiz, da mesma forma que a agressão pode acontecer entre pessoas que nunca se viram, como, por exemplo, no trânsito, após um carro fechar o outro.

A violência verbal pode, portanto, acontecer inúmeras vezes durante um dia e ocorrer com diferentes pessoas e em distintos ambientes. Por esse motivo, acaba sendo naturalizada por boa parte da população, que não percebe a sua gravidade. Estudos realizados pela *Mental Harvard Health*, em abril de 2016, mostram que ouvir, diversas vezes, palavras pesadas e agressivas pode causar transtorno pós-traumático, que se manifesta da seguinte forma: personalidade instável, comportamento agressivo da vítima, Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC), problemas de autoestima e de relacionamento e, dependendo do caso, essa violência, aparentemente inofensiva, pode levar a vítima a óbito.

Ainda que se torne repetitivo, é importante lembrar que casos de violência, os quais não deixam marcas, nem sempre são denunciados. Maria Amélia Azevedo et al. (2018), ao abordarem o tema da violência doméstica, enfatizam o seguinte:

Há muitos casos não notificados e o número deles depende do tamanho do complô de silêncio, do qual muitas vezes participam profissionais, vizinhos, parentes, familiares e até a própria vítima. Por isso, não basta pesquisar apenas a violência doméstica denunciada. É preciso estudar também a sua prevalência para que se possa ter uma ideia aproximada das dimensões da cifra oculta. Ou seja, de quantos casos acabam fora das estatísticas (AZEVEDO et al., 2018, p. 17).

Pode-se afirmar que não havia, no Brasil, estatísticas oficiais sobre casos notificados de violência contra crianças e adolescentes, causando grande dificuldade de se manter os números atualizados. A situação em relação aos dados da violência, no entanto, teve início quando “o Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), ligado ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, começou, a partir de 1996, a investigá-la de modo mais sistemático” (AZEVEDO et al., 2018, p. 16).

A sistematização dos estudos e, por conseguinte, a obtenção de dados mais atualizados acerca da violência, fizeram com que o tema passasse a ser mais

estudado, ganhando notoriedade não só das autoridades, mas também da sociedade como um todo.

Tendo em vista que, historicamente, crianças e adolescentes passaram por períodos extensos de violência, sem nenhum reconhecimento da infância como uma importante etapa da vida, pode se afirmar que, na atualidade, tanto o conceito de infância quanto o seu reconhecimento já estão inseridos no seio da sociedade. Há, também, maior atenção em relação às situações envolvendo qualquer tipo de abuso contra esses sujeitos. Prova disso são os vários estudos sobre o assunto, como os de Scliar (2002), de Ariès (2015) e de Machado e Sanches (2014), presentes nesta dissertação, além do desenvolvimento de uma legislação de proteção ao menor, como, por exemplo, a **Constituição Federal** e o **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

Mesmo diante de consideráveis mudanças no contexto da infância, é preciso que se tenha cautela nas comemorações de tais avanços, tendo em vista que ainda há necessidade de se realizar ações conjuntas entre família, Estado e sociedade, de modo a combater todo e qualquer tipo de violência que possa ocorrer contra a criança e o adolescente. Assim, pode-se afirmar que há um longo caminho a percorrer, na tentativa de se eliminar ou, pelo menos, diminuir a incidência do abuso contra esses menores, independente da tipologia ou intensidade em que ocorrem.

3 ESTUDO DA OBRA

A presente seção tem por objetivo realizar um estudo crítico da obra **Capitães da areia**, de Jorge Amado (2006), articulando-o aos levantamentos teóricos, já antes apreciados, para identificar e analisar as relações das personagens, crianças e adolescentes, com a sociedade na qual estavam inseridas, além das representações da violência contra a infância e a adolescência, observadas no citado universo ficcional. No entanto, antes de passar, efetivamente, para esse estudo, faz-se necessário conhecer um pouco sobre a vida e a obra desse importante escritor brasileiro.

Jorge Leal Amado de Faria ou, simplesmente, Jorge Amado, nasceu em 10 de agosto de 1912, em Itabuna, Bahia. Algum tempo depois de seu nascimento, foi para Ilhéus com seus pais e lá aprendeu as primeiras letras. Estudou no Colégio Interno Antônio Vieira, em Salvador, impressionando seu professor, o Padre Luiz Gonzaga Cabral, por sua forma de escrever. Anos depois, ele fugiu do colégio e percorreu o sertão baiano, até chegar à casa de seu avô paterno, em Sergipe. Em 1927, ainda estudante, Jorge Amado começou a trabalhar como repórter policial para o **Diário da Bahia** e **O Imparcial** (AMADO, 2010).

Em 1933, casou-se com a primeira esposa, Matilde Garcia Rosa, com quem teve uma filha, Eulália Dalila. Dois anos depois, formou-se pela Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro. Zélia Gattai Amado (2002), no capítulo intitulado **Ai, que saudades de Jorge!**, da obra **Um baiano sensual: três relatos de amor**, de Zélia Gattai Amado, Paloma Jorge Amado e João Jorge Amado (2002), assevera que:

O coronel João Amado queria e conseguiu que o primogênito se formasse em direito. Um coronel do cacau precisava ter um filho doutor. Jorge formou-se em direito para fazer a vontade do pai, tirou retrato de toga e capelo, ofereceu-o aos pais, mas nunca foi retirar seu diploma nem nunca advogou (AMADO, 2002, p. 28).

Jorge Amado era um homem bastante preocupado com as questões sociais e com a valorização do regional; por esse motivo, integrou-se ao Movimento de 30⁵,

⁵ O Movimento de 30 funcionou como uma das correntes resultantes do Modernismo, pois também lutava contra o academismo da época, mas a partir da reivindicação de um lugar de destaque para a literatura do Norte e Nordeste. Uma reivindicação expressada no Primeiro Congresso de Regionalistas do Nordeste, que resultou no **Manifesto Regionalista** de 1926. Disponível em:

que também possuía as mesmas preocupações. Faziam parte desse movimento José Américo de Almeida, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, entre outros.

Os primeiros livros publicados pelo escritor baiano foram **O país do carnaval** (1931), **Cacau** (1933) e **Suor** (1934). Ligado à política, Jorge Amado enfrentou problemas com sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, em 1936, foi preso, acusado de participação da Intentona Comunista⁶, ocorrida no ano anterior. Em 1937, foi novamente preso, após a instalação do Estado Novo. São dessa época os livros **Jubiabá** (1935), **Mar morto** (1936) e **Capitães da areia** (1937), sendo este último o objeto deste estudo. Vários de seus livros e de alguns outros autores, entre eles, José Lins do Rego, foram incinerados em praça pública, em Salvador, por serem considerados pelos militares como “propagandistas do credo vermelho”, conforme dados biográficos de Jorge Amado, presentes na cronologia apresentada no livro **O menino grapiúna**: “Naqueles anos de ditadura, quem fosse apanhado lendo um livro de Jorge Amado era fichado de comunista e cadeia com ele. A liberdade de ação e de pensamento era cerceada e ai de quem ousasse abrir a boca” (AMADO, 2002, p. 12-13).

Referindo-se à obra **Capitães da areia** (2006), Bárbara Cecília dos Santos Neves (2013), no artigo intitulado **A voz dos excluídos: uma análise da linguagem em Capitães da areia**, apresenta algumas informações:

A narrativa sobre os meninos abandonados que capitaneavam Salvador nas primeiras décadas do século XX, impactaram os leitores, o livro já ultrapassou cinco milhões de cópias vendidas, traduzido para quinze idiomas, existindo exemplares em Braille. Adaptado para o teatro no Brasil e na Alemanha, televisionado no Brasil e na Tchecoslováquia; tendo a primeira versão filmada nos Estados Unidos. [...] A segunda versão em filme foi feita no Brasil e dirigida por Cecília Amado (NEVES, 2013, p. 5).

Jorge Amado ficou 2 anos exilado na Argentina e no Uruguai, após ser preso por suas ideias políticas e por sua luta pela liberdade de pensamento. Naquele período, ele pesquisou e publicou na Argentina o livro intitulado **Vida de Luiz Carlos**

<http://www.citi.pt/cultura/literatura/romance/graciliano_ramos/mov_30.html>. Acesso em: 5 nov. 2018.

⁶ A Intentona, ou Revolta, ou Insurreição Comunista de 1935 foi um levante armado, ocorrido em novembro de 1935, contra o Governo de Getúlio Vargas e perpetrado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), sob orientação do *Komintern* da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Foi desencadeado de forma traiçoeira em Natal, seguido de Recife e do Rio de Janeiro, dentro de quartéis do Exército. Pelo menos quatro países participaram, ativamente, das ações que envolveram a Intentona: Brasil, União Soviética, Inglaterra e Uruguai. De forma secundária, ainda tivemos as participações individuais de alemães e argentinos (COSTA, 2017. Não paginado).

Prestes, editado somente em espanhol, pois “Qual o editor se arriscaria, no Brasil, a ter a edição apreendida? Os livros em castelhano entravam clandestinamente no país e eram lidos também clandestinamente [...]” (AMADO, 2002, p. 14). Ao retornar ao Brasil, Amado foi levado para a Casa de Correção, no Rio de Janeiro, ficando preso por três meses. Após esse período, foi enviado a Salvador, de onde não poderia sair.

Em 1943, o escritor baiano retomou sua atividade jornalística, sendo colaborador no jornal **O Imparcial**, assinando a coluna Hora da Guerra, na qual escreveu uma série de crônicas sobre o assunto. Após 6 anos de proibição de suas obras, publicou **Terras do sem-fim** (1943). Escreveu **São Jorge dos Ilhéus** (1944) e, no fim desse ano, iniciou **Bahia de todos os santos**. Ainda, em 1944, separou-se de Matilde Garcia Rosa, com quem viveu um casamento infeliz, segundo relatos de Jorge Amado a Zélia Gattai (AMADO, 2002, p. 24).

Em 1945, Jorge Amado, mesmo diante das proibições de sair de Salvador, fez uma viagem a São Paulo, depois de saber sobre o movimento de apoio ao fim da guerra e pela anistia dos presos políticos. Durante uma reunião em um edifício na Praça da Sé, conheceu Zélia Gattai, que já era sua grande admiradora. Pouco tempo depois, iniciaram o namoro que, de acordo com Zélia Gattai Amado (2002), tornou-se:

[...] motivo de comentários e fofocas, se espalhara pela cidade, havendo até apostas de quanto tempo duraria a *brincadeira* e, segundo me contaram, o mais otimista dava seis ou sete meses. Até nos ouvidos de minha mãe foram soprar, inventando os maiores absurdos (AMADO, 2002, p. 21, grifo da autora).

O motivo de tais comentários devia-se ao fato de o escritor ser um homem galanteador e de já ter vivido várias aventuras amorosas, que Jorge fez questão de contar a Zélia, segundo ela mesma expôs (AMADO, 2002, p. 24).

Mesmo diante dos comentários acerca do relacionamento, Jorge Amado e Zélia uniram-se: “Não podendo me oferecer um casamento oficial, me daria seu amor” (AMADO, 2002, p. 25). Nesse recorte, Zélia explica que não teriam um casamento oficial pelo fato de os dois já terem sido casados e, naquele período, ainda não existia divórcio no Brasil.

Ainda em 1945, após vários anos na ilegalidade, o PCB volta à legalidade e, diante do anúncio das eleições, Jorge Amado fora convocado a disputá-las. Elegeu-

se Deputado Federal por esse partido, obtendo grande votação. Assumiu seu cargo em 04 de fevereiro do ano seguinte. Entre emendas e leis aprovadas, destaca-se uma lei que assegura, até hoje, a liberdade de culto religioso no Brasil. Diante disso, Eduardo Portella⁷ (2002), ao se referir ao amigo, afirma que ele era: “Escritor de todas as crenças, tantas culturas, todas as cores e sabores [...]” (PORTELLA, 2002, p. 9).

Dorival Caymmi, outro amigo, passou uma temporada com sua família no sítio em que Jorge e Zélia moravam, no Rio de Janeiro. Iriam compor algumas músicas para a peça teatral sobre **Terras do sem-fim**. Músicas de Caymmi e letras de Jorge. Estando em um momento político conturbado, Amado (2002) relatou o seguinte:

Não entendia como, depois de um dia estafante, de discussões e insultos no Parlamento, com ameaças de cassações, Jorge ainda tinha cabeça para trabalhar, às vezes varando a noite, compondo com Caymmi coisas tão delicadas, tão lindas (AMADO, 2002, p. 38).

No ano de 1947, nasceu o primeiro filho de Jorge e Zélia, o menino João Jorge. O período político ainda se mantinha conturbado e com muita insegurança. No início de 1948, os mandatos dos parlamentares foram cassados, o que já era previsto, segundo palavras de Zélia Gattai Amado (2002). Ela ainda narra o seguinte episódio:

Um gigantesco incêndio no 15º Regimento de Infantaria, em João Pessoa, imediatamente considerado ato de sabotagem dos comunistas, em represália à cassação dos mandatos, foi o estopim para que desencadeasse uma perseguição violenta contra todos que fossem de esquerda, comunistas ou não, com prisões de parlamentares. Vivíamos arriscados a ter nossas casas invadidas, sendo que Jorge era dos mais visados. Agora com um filho recém-nascido, sem condições financeiras, tudo seria mais difícil. Assim mesmo Jorge estava satisfeito por ter sido um bom deputado (AMADO, 2002, p. 41).

Ainda em 1948, diante das perseguições políticas, o PCB decidiu que Jorge Amado deveria sair do país. As condições financeiras do Partido e do escritor não eram favoráveis e, por esse motivo, ele aceitou a proposta de um grupo de cineastas para escrever diálogos destinados ao filme intitulado **O cavalo número 13**. Recebeu 2 contos de réis pelo trabalho, além de algumas roupas para enfrentar o inverno

⁷ Eduardo Portella (1932-2017). Baiano, foi Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, crítico, professor, conferencista, pesquisador, advogado, político brasileiro e Membro da Academia Brasileira de Letras, sendo o sexto ocupante da Cadeira 27. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/eduardo-portella/biografia>>. Acesso em: 10 out. 2018.

europeu. Recebeu, também, 10 mil cruzeiros por outro roteiro do filme **A estrela-da-manhã**. Faltou receber outros 5 mil cruzeiros, mas esses jamais chegaram ao seu bolso. Desse modo, Jorge Amado partiu sozinho para a Itália, sendo que, 2 meses depois, Zélia e o filho João foram ao seu encontro. Amado (2002) pondera:

Jorge ia fazendo amigos por onde passava, homens de letras, artistas plásticos, músicos, atores de cinema [...] Convivemos nesses anos de exílio com personalidades, personagens importantes e pessoas sem títulos que se tornaram nossos amigos pela vida afora [...] (AMADO, 2002, p. 45).

O casal Amado e o filho João moraram na França durante 2 anos; todavia, devido à militância política, eles foram convidados a deixar o país, sob alegação de que viajavam demais. Diante disso, passaram a morar na Tchecoslováquia, a convite da União dos Escritores Tchechos. Durante o exílio, em 1951, nasceu a filha Paloma, em Praga. Ficaram nesse país, ainda, por muitos meses. Amado (2002) menciona, “Íamos levando a vida como podíamos, nos divertindo com tudo e com nada, procurando tirar o melhor proveito dela, procurando sempre não nos aborrecer” (AMADO, 2002, p. 54).

Jorge Amado aguardava a visita da filha, Eulália Dalila, ou Lila, como era chamada por ele, na Tchecoslováquia. Sua ida, no entanto, não aconteceu. A menina estava com a saúde frágil e, pouco tempo depois, chegou, por telegrama, a notícia de seu falecimento. O escritor, desesperado, não se conformava com o ocorrido. Algum tempo após a perda da filha, o escritor baiano recebeu “pelo conjunto de sua obra e por sua defesa da paz entre os povos, o Prêmio Stálin, prêmio do qual constava, além das honrarias e prestígio, 20 mil dólares” (AMADO, 2002, p. 56).

Jorge, Zélia, João e Paloma retornam ao Brasil em 1952 e passam a morar no Rio de Janeiro. Em 1954, é eleito presidente da Associação Brasileira de Escritores. Em 1955, sem tempo para escrever, reuniu-se com a direção do PCB e desligou-se do partido. A partir de então, passou a dedicar-se, inteiramente, à literatura: “— Cumprir as tarefas que me atribuem, qualquer um pode, porém escrever meus livros, só eu posso — disse e não voltou atrás” (AMADO, 2002, p. 63).

Em 1958, o escritor recebeu vários prêmios com a publicação de **Gabriela, cravo e canela** (1958), escrita em liberdade, conforme palavras de Zélia. No ano de

1961, em plena produção literária, foi eleito para a Cadeira 23 da Academia Brasileira de Letras.

Diante do crescimento dos filhos e do iminente perigo das noites do Rio de Janeiro, que causava preocupação ao casal, quando João saía para se divertir, Jorge e Zélia resolvem mudar-se para a Bahia, onde a vida, certamente, seria mais calma. Nessa época, o escritor vendera os direitos autorais de **Gabriela, cravo e canela** (1958) para a *Metro-Goldwyn-Mayer*, intermediado por seu editor americano, Alfred Knoph. Segundo Amado (2002) “a renda da Metro não era lá essas fortunas, mas dava para comprar uma boa casa na Bahia” (AMADO, 2002, p. 71).

Antes, porém, de mudar-se para a Bahia, Jorge Amado escreveu o livro **A morte e a morte de Quincas Berro D'água** (1961) para ser publicado na revista **Senhor**, a pedido do amigo Carlos Scliar. Nos anos subsequentes, publicou algumas outras obras, entre elas, destaca-se: **Tereza Batista cansada de guerra** (1972). Em 1975, a obra **Gabriela, cravo e canela** inspirou novela apresentada na Rede Globo. Posteriormente, o autor lançou outros livros, entre eles, destaca-se **Tieta do agreste** (1977).

A partir de 1983, o casal Amado passou a viver entre Salvador e Paris, podendo-se afirmar que viajaram bastante, por vários lugares do mundo, como, por exemplo, Cuba, Uruguai, Argentina, Tchecoslováquia e Nova York. Nessas viagens, Jorge Amado sempre participava de algum evento e estava, geralmente, rodeado dos amigos que conquistou ao longo da vida.

A obra do escritor baiano foi produzida durante mais de 60 anos. Por ser um material valioso, ele recebeu solicitação de várias instituições, dentro e fora do Brasil, para cuidar de seu acervo. Amado (2002) afirma que:

A princípio, Jorge ficou tentado. Já não tínhamos onde guardar tanta coisa. Nossa casa, enorme, tornava-se pequena para o volume de material que ia se acumulando e que requeria um cuidado especial para que não estragasse [...] (AMADO, 2002, p. 91).

Vale lembrar que, mesmo diante de boas propostas, Zélia e Jorge decidiram que o acervo do escritor ficaria no Brasil, ou melhor, na Bahia. E assim aconteceu. Em 1987, a Fundação Casa de Jorge Amado foi inaugurada em Salvador, BA. “[...] o mais belo casarão azul do Largo do Pelourinho tornou-se [...] um centro cultural da maior importância da Bahia [...]” (AMADO, 2002, p. 93).

Na década de 1990, Jorge Amado circulava pelo mundo. Presidiu o 14º Festival Cultural de Asyiah, no Marrocos, intitulado **Mestiçagem, o exemplo do Brasil**, e participou do Fórum Mundial das Artes, em Veneza. Posteriormente, lançou novos livros.

Escritor consagrado, Jorge Amado teve sua obra traduzida para 49 idiomas, com adaptações para o cinema, o teatro e a televisão. Ele e sua obra receberam diversos prêmios, dentro e fora do país.

Após um enfarte, em 1996, o escritor sofreu, ainda, um edema pulmonar. Com a saúde já debilitada e com a perda da visão, ele não conseguia mais ler nem escrever. Por diversas vezes, Amado foi atendido, em casa, por um cardiologista, amigo da família. Em momentos mais críticos, era levado ao hospital. Em meio aos cuidados com a saúde, o escritor foi convidado a ir à Sorbonne, em Paris, para receber o título de Doutor *honoris causa* dessa importante Universidade. Ele aceitou o convite e viajou com sua família.

As limitações decorrentes da doença tornaram Jorge Amado um homem triste. Com a falta da visão, passava quase todo o tempo com os olhos fechados. Sabendo-se que sua doença não teria mais cura, o inevitável aconteceu. Em 06 de agosto de 2001, após sucessivas internações, o escritor baiano morreu pouco antes de completar seus 89 anos. Deixou belas obras e muita saudade.

Diante do exposto, conhecendo um pouco sobre a vida e a obra de Jorge Amado, será dado início ao estudo da obra **Capitães da areia** (2006), do referido autor.

Em **Capitães da areia** (2006), o autor narra as aventuras de meninos de rua, que, para sobreviverem, realizavam furtos e trapaçes em jogos. Há também o viés da denúncia social, tendo em vista que o escritor trata de questões relativas a um sistema político, econômico e social problemático. Conforme Neves (2013), a obra amadiana:

[...] retrata no cotidiano das personagens os conflitos existenciais de quem, ainda em fase de desenvolvimento, precisa ter a maturidade para enfrentar a exclusão social, buscando, na organização grupal, criar mecanismos para adquirir meios de sobrevivência (NEVES, 2013, p. 2).

O romance tem início com uma reportagem fictícia, que relata um assalto à casa de um ilustre cidadão, o abastado comendador José Ferreira. De acordo com a

reportagem, o crime foi cometido pelos Capitães da Areia, que são tratados pela elite da sociedade baiana como crianças ladronas e delinquentes.

Posteriormente, são enviadas algumas cartas à Redação do **Jornal da Tarde**, como a do Secretário do Chefe de Polícia, relatando que não se sente responsável pela solução do problema, passando tal responsabilidade ao Doutor Juiz de Menores. Este, por sua vez, reporta-se ao jornal, por meio de elaboradas palavras, devolvendo a responsabilidade de atitudes ao Chefe de Polícia. Em seguida, foi publicada a carta da mãe de um interno, de origem humilde, que denuncia o Reformatório, local para onde esses meninos eram levados, após cometerem algum tipo de infração. Segundo ela, no Reformatório, os meninos sofriam maus tratos. Para confirmar sua denúncia, a personagem menciona o Padre José Pedro. É dele a próxima carta, confirmando tudo que fora relatado por essa mãe. Por último, tem-se a publicação da carta do Diretor do Reformatório, na qual o mesmo nega todas as acusações e convida um redator do jornal para conhecer a instituição.

Essa primeira etapa de cartas ao jornal será apreciada, nesta seção, de modo mais superficial, tendo em vista que, na próxima subseção, voltará a ser discutida e analisada com mais detalhes.

No primeiro capítulo do romance, há uma descrição do velho trapiche abandonado, que se tornara o local de habitação dos Capitães da Areia, mas que, outrora, fora também habitado, exclusivamente, por ratos. Quando os meninos de rua descobriram o local e lá foram se refugiar, tiveram de dividir espaço com esses roedores. Eram mais ou menos 40 meninos morando ali, com idades que variavam entre 9 e 16 anos. O bando, em sua totalidade, no entanto, contava com, aproximadamente, 100 integrantes, que viviam espalhados pela cidade de Salvador.

As condições de vida em que esses meninos se encontravam já denunciavam o descaso com essa infância economicamente desfavorecida. Eles não eram vistos como crianças e/ou adolescentes que necessitavam de cuidados específicos para a sua idade, eram, sim, vistos como delinquentes, crianças perigosas para a sociedade. Por esses motivos, quando eram presos e encaminhados para o Reformatório, recebiam o mesmo tratamento que era dado aos adultos que cometiam crimes.

Tratar, indistintamente, crianças, adolescentes e adultos foi algo bastante comum nas sociedades. Segundo Philippe Ariès (2015), no livro intitulado **História social da criança e da família**, “[...] No mundo das fórmulas românicas, e até o fim

do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido [...]” (ARIÈS, 2015, p. 18), ou seja, nem mesmo nas expressões artísticas as crianças eram reconhecidas como crianças.

Em outra passagem da obra em estudo, o autor já menciona uma mudança de traje que diferencia crianças de adultos, porém ressalta que é uma diferenciação apenas para meninos oriundos das classes economicamente favorecidas, como se pode verificar no seguinte excerto:

Se nos limitarmos ao testemunho fornecido pelo traje, concluiremos que a particularização da infância durante muito tempo se restringiu aos meninos. O que é certo é que isso aconteceu apenas nas famílias burguesas ou nobres. As crianças do povo, os filhos dos camponeses e dos artesãos, as crianças que brincavam nas praças das aldeias, nas ruas das cidades ou nas cozinhas das casas continuaram a usar o mesmo traje dos adultos: jamais são representadas usando vestido comprido ou mangas falsas. Elas conservaram o antigo modo de vida que não separava as crianças dos adultos, nem através do traje, nem através do trabalho, nem através dos jogos e brincadeiras (ARIÈS, 2015, p. 41).

Na obra **Capitães da areia** (2006), a indistinção entre crianças, jovens e adultos também era dada apenas aos meninos das classes economicamente desfavorecidas, que, devido aos crimes que cometiam para sobreviver nas ruas, eram perseguidos como adultos criminosos; já os filhos da burguesia recebiam tratamento diferenciado. Esses eram amados por seus pais, podiam brincar, ir à escola, ou seja, eram vistos e tratados de forma compatível à idade que possuíam.

Tratando-se, ainda, do início da obra, o narrador descreve algumas das personagens principais, apontando questões particulares e fazendo referência às famílias, começando pelo chefe dos Capitães da Areia:

É aqui também que mora o chefe dos Capitães da Areia: Pedro Bala. Desde cedo foi chamado assim, desde seus cinco anos. Hoje tem 15 anos. Há dez que vagabundeia nas ruas da Bahia. Nunca soube de sua mãe, seu pai morrera de um balaço. Ele ficou sozinho e empregou anos em conhecer a cidade. Hoje sabe de todas as suas ruas e de todos os seus becos. Não há venda, quitanda, botequim que ele não conheça [...] (AMADO, 2006, p. 20-21).

Dessa forma, o narrador continua a descrição de João Grande, Sem-Pernas, Querido-de-Deus, Gato, Professor, Pirulito, Volta Seca e Boa Vida, personagens importantes da trama, que vão sendo caracterizadas aos poucos, revelando-se-lhes a personalidade, os anseios e as frustrações. É importante ressaltar que cada

menino que se juntou ao bando o fez porque foi abandonado ou sofreu maus tratos, ou ficou órfão, caso este ocorrido com o líder do grupo Pedro Bala, com Volta-Seca e com Dora, personagem feminina, que se juntará ao bando no decorrer da trama.

Neste momento, vale evidenciar a presença de várias vozes na obra amadiana em estudo. Ao escrever **Capitães da areia** (2006), Jorge Amado fez o que Mikhail Bakhtin, em seu livro intitulado **Problemas da poética de Dostoiévski** [1929-1963], chamou de polifonia literária. Nas palavras de Cláudia Tavares Alves (2016), em **A voz do narrador no romance polifônico de Dostoiévski**, essa concepção de Bakhtin:

[...] consistiria na pluralidade de vozes e consciências existentes no romance. Quer se dizer com isso que cada personagem presente no enredo seria dotado de sua própria voz e de sua própria consciência, de forma que essa voz e essa consciência particulares reflitam o pensar humano único de cada um e transpareçam no discurso de cada personagem [...] (ALVES, 2016, p. 2).

Nesse sentido, o autor “deixa de ser aquele que escreve para exteriorizar seus pensamentos e passa a ser aquele capaz de organizar todas essas vozes plurais que aparecem no enredo [...]” (ALVES, 2016, p. 3).

Também é preciso atentar para o fato de que, entre as múltiplas vozes presentes na história amadiana, existe, ainda, a voz do narrador. Este, por sua vez, apresenta-se, de certa forma, como mais um integrante da obra, possuindo, contudo, características que o diferem das demais personagens. No caso de **Capitães da areia** (2006), o narrador vai descrevendo os passos de cada um, seus sentimentos e apontando os acontecimentos, sem se relacionar, diretamente, com eles.

Alves (2016), referindo-se ao narrador, afirma que:

Não sabemos seu nome, seu aspecto, suas características, mas já percebemos que é essa voz que representa, para o leitor, aquele que contará os fatos, descreverá os personagens, organizará o enredo, ou seja, o autor-narrador [...] (ALVES, 2016, p. 7).

Faz-se necessário salientar que a narração acaba estabelecendo um diálogo com as personagens, tendo em vista que “todas as definições e todos os pontos de vista são absorvidos pelo diálogo, incorporam-se ao seu processo de formação” (BAKHTIN, 2010, p. 292). Esse teórico esclarece: “Isso porque a dialogação total de todos os elementos da obra é um momento essencial da própria ideia do autor”

(BAKHTIN, 2010, p. 291). Sendo assim, pode-se afirmar que é o autor que organiza o diálogo final de todas as vozes, apresentando a sua ideia na construção da obra e “cabe a ele também ponderar a voz do narrador em sua relação com as descrições narrativas e em sua relação com o discurso do herói” (ALVES, 2016, p. 5). No caso da obra amadiana, poder-se ia substituir a palavra **herói** por personagens principais.

Dentro dessa dinâmica entre autor e narrador, é preciso ressaltar, mais uma vez, a posição que essas vozes ocupam dentro da obra. Segundo Alves (2016):

O autor-narrador seria o responsável por organizar esse novo universo do romance, buscando “novos aspectos e momentos” a serem representados e novos modos de representá-los. Ou seja, é uma figura de suma importância para a constituição do romance. Porém, vale notar mais uma vez: não é do escritor que estamos falando, daquele que escolhe os temas, os personagens, o enredo (ou que é escolhido por esses elementos), e sim do autor-narrador, aquela voz dentro do romance que funciona como um mestre de cerimônias, um regente da orquestra composta por várias vozes (ALVES, 2016, p. 6, grifos do autor).

Retomando as descrições anteriormente iniciadas, pode-se afirmar que os Capitães da Areia, por motivos diversos, encontravam-se afastados de suas famílias, não possuíam recursos para se alimentar e nem mesmo para se vestir. Também não contavam com nenhum direcionamento educacional, mostrando-se à sociedade da seguinte forma:

Vestidos de farrapos, sujos, semiesfomeados, agressivos, soltando palavrões e fumando pontas de cigarro, eram, em verdade, os donos da cidade, os que a conheciam totalmente, os que totalmente a amavam, os seus poetas (AMADO, 2006, p. 21).

Além desse jeito de ser, de se vestir e de se comportar, os Capitães da Areia também se tornaram conhecidos pelos grandes assaltos que cometiam. Meninos que, pela necessidade de sobrevivência, planejavam crimes com a inteligência de homens feitos. Por esse motivo, passaram a ser temidos pela população e perseguidos pela polícia. Em um trecho da obra, o narrador descreve o motivo de esses meninos terem que se portar como homens:

[...] na arriscada vida da rua, os Capitães da Areia eram como homens, eram iguais a homens. Toda a diferença estava no tamanho. No mais eram iguais: amavam e derrubavam negras no areal desde cedo, furtavam para viver como os ladrões da cidade. Quando eram presos apanhavam surras como os homens. Por vezes assaltavam de armas na mão como os mais temidos bandidos da Bahia. Não tinham também conversas de meninos,

conversavam como homens. Sentiam mesmo como homens. Quando outras crianças só se preocupavam com brincar, estudar livros para aprender a ler, eles se viam envolvidos em acontecimentos que só os homens sabiam resolver. Sempre tinham sido como homens, na sua vida de miséria e aventura, nunca tinham sido perfeitamente crianças. Porque o que faz a criança é o ambiente de casa, pai, mãe, nenhuma responsabilidade. Nunca eles tiveram pai e mãe na vida de rua. E tiveram sempre que cuidar de si mesmos, foram sempre os responsáveis por si. Tinham sido sempre iguais a homens [...] (AMADO, 2006, p. 230-231).

Por meio dessa passagem, fica clara a dificuldade de se manter a ingenuidade de criança, quando é preciso sobreviver por conta própria. A falta de amparo, principalmente o familiar, na vida daqueles meninos, forçadamente, emancipou-os, tornando-os responsáveis por seus atos e pensamentos, que eram semelhantes aos dos adultos.

Ao longo da obra, alguns episódios merecem ser destacados, como, por exemplo, no capítulo **As luzes do carrossel**, no qual o narrador descreve um velho carrossel que peregrina pelas cidades do interior. Ele fazia parte de um parque, cujo dono era Nhozinho França, mas que, por causa da bebida, acabou tendo de vender os outros brinquedos, ficando apenas com o carrossel.

Ao se instalar em Itapagipe, na Bahia, Nhozinho França conheceu Volta-Seca e Sem-Pernas. Logo tratou com os meninos de o ajudarem na venda de ingressos e no manuseio com o Carrossel. Eles ficaram muito entusiasmados com a nova experiência; afinal, só haviam visto um brinquedo daqueles de longe.

Tanto Volta-Seca e Sem-Pernas quanto os outros integrantes dos Capitães da Areia, apesar de serem crianças e/ou adolescentes, devido ao fato de viverem nas ruas e longe das famílias, tinham de levar a vida como adultos, conforme já visto anteriormente, porquanto precisavam sobreviver. Desse modo, não encontravam tempo e nem oportunidade para brincadeiras divertidas, relativas à idade em que se encontravam.

A chegada do carrossel e a oportunidade de vivenciar momentos tão raros como aqueles que o brinquedo poderia lhes proporcionar aflorou, nesses meninos, sensações, muitas vezes, esquecidas pelo contingente da vida.

Nas noites da Bahia, numa praça de Itapagipe, as luzes do carrossel girariam loucamente movimentadas pelo Sem-Pernas. Era como num sonho, sonho muito diverso dos que o Sem-Pernas costumava ter nas suas noites angustiosas. E pela primeira vez seus olhos sentiram-se úmidos de lágrimas que não eram causadas pela dor ou pela raiva. E seus olhos úmidos miravam Nhozinho França como a um ídolo. Por ele até a garganta

de um homem o Sem-Pernas abriria com a navalha que traz entre a calça e o velho colete preto que lhe serve de paletó (AMADO, 2006, p. 57).

De acordo com o trecho em destaque, percebe-se que, quando esses meninos tinham a oportunidade de vivenciar a infância de forma efetiva, deixavam aflorar a criança e/ou adolescente que existe dentro deles. Eram também capazes de admirar as pessoas que confiavam neles e lhes davam oportunidades raras de serem encontradas na sociedade em que viviam como, por exemplo, aquela que o dono do carrossel proporcionara a alguns meninos pertencentes aos Capitães da Areia, quando lhes ofereceu trabalho e, ao mesmo tempo, divertimento infantil.

Assim, por meio desse e de outros aspectos verificados no romance, é possível interpretar que Pedro Bala e seu bando passam por experiências de vida variadas nas ruas da Bahia, tornando-se evidente, em determinados momentos, o comportamento exaltado de quem precisa sobreviver a qualquer custo, roubando, trapaceando em jogos ou até mesmo brigando nas ruas. Em outros momentos, evidencia-se uma ingenuidade e um comportamento infantil, típicos de meninos da idade na qual se encontravam. Na passagem a seguir, pode-se conhecer uma das formas como organizavam seus assaltos:

Depois encontrou os Capitães da Areia (foi o Professor quem o trouxe, haviam feito camaradagem num banco de jardim) e ficou com eles. Não tardou a se destacar porque sabia como nenhum afetar uma grande dor e assim conseguir enganar senhoras, cujas casas eram depois visitadas pelo grupo já ciente de todos os lugares onde havia objetos de valor e de todos os hábitos da casa (AMADO, 2006, p. 31).

Já o comportamento ingênuo e infantil pode ser percebido em outra passagem do livro, em que Sem-Pernas ficou deslumbrado, ao andar em um carrossel de parque:

Depois vai o Sem-Pernas. Vai calado, uma estranha comoção o possui. [...] Os lábios estão apertados, seus ouvidos não ouvem a música da pianola. Só vê as luzes que giram com ele e prende em si a certeza de que está num carrossel, girando num cavalo como todos aqueles meninos que têm pai e mãe, e uma casa e quem os beije e quem os ame (AMADO, 2006, p. 62).

Nota-se, nas passagens supracitadas, que um mesmo menino passou por experiências completamente opostas e comporta-se de maneiras diferentes, diante do momento e das oportunidades que lhe são apresentadas.

No que diz respeito ao furto, além do sentimento de vingança em relação àqueles que eram economicamente favorecidos e nada faziam para ajudá-los, havia, também, a necessidade de os meninos roubarem para que pudessem usar o dinheiro no próprio sustento. Quanto à experiência tipicamente da infância, vivenciada por esse menino abandonado, é possível observar que, independente do lugar que essa criança ocupasse na sociedade, ela seria sempre criança, com sonhos, desejos e necessidades típicos de sua idade.

Indo de encontro às teorias, negar essa condição de infância/adolescência a quaisquer indivíduos, deixando-os desamparados nas ruas, como representou Jorge Amado, pode acarretar um grave problema à sociedade. Nesse sentido, é importante destacar Cláudia Maciel Carvalho (2010), quando mostra, no artigo intitulado **Violência infantojuvenil, uma triste herança**, que “A família é um grupo primordial no âmbito do desenvolvimento de sujeitos psíquicos singulares, bem como na formação ideológica dos cidadãos que a compõem” (CARVALHO, 2010, p. 33). No entanto, se essa família não se faz presente e se o Estado, conforme afirmam Moraes e Melo (2016), ainda mantém ausência de proteção integral a essas crianças e jovens, mesmo após a criação do **Estatuto da Criança e do Adolescente**, possivelmente, será evidenciado um problema de cunho social. Desse modo, pode-se afirmar que a ausência das famílias e do Estado na vida de crianças e de adolescentes em situação de risco social possui estreita relação com o comportamento, muitas vezes, inadequado e inconstante.

Voltando a **Capitães da areia** (2006), capítulo que merece destaque é intitulado **Família**. Nele, Sem-Pernas vive mais um drama no romance amadiano. Inicialmente, Boa-Vida e Pedro Bala vão vistoriar os arredores de uma casa, vislumbrando a possibilidade de um furto. Os dois agradaram do que viram: “Era um prédio moderno e elegante, jardim na frente, garagem ao fundo, espaçosa residência de gente rica [...]” (AMADO, 2006, p. 107).

Diante disso, combinaram de passar a próxima tarefa ao integrante do bando Sem-Pernas. Ele daria um jeito de entrar na casa e se informar de tudo que de bom houvesse, para que, posteriormente, os Capitães da Areia fizessem a limpa no ourame⁸.

⁸ Termo utilizado nas páginas 108 e 109 do livro **Capitães da areia** (2006) para se referir à grande quantidade de coisas valiosas.

No dia seguinte, Sem-Pernas foi até a casa indicada pelos companheiros do bando e fez chantagem emocional com a proprietária. Apelou para o próprio estado físico e para o fato de ter ficado órfão há poucos dias, acontecimento inventado pelo menino. Ele adorava a sensação de se fazer de vítima, enganar as pessoas e abrir caminho para seu bando limpar as residências que adentrava.

Sem-Pernas, porém, foi surpreendido pelos donos da casa. Ao contrário do que aconteceu em outras residências, não foi recebido como um garoto qualquer, mas, sim, como um filho muito amado.

O menino ganhou roupas, sapatos, um quarto só para ele, brinquedos, livros e muito carinho por parte de dona Ester e do Sr. Raul. Esse tratamento o surpreendeu de tal forma, que ele acabou vivendo um grande conflito interno: se optasse por viver naquela casa, com o conforto e o amor de sua nova família, estaria cometendo um ato de traição ao seu bando; se passasse as informações sobre a casa, para que o assalto fosse concretizado, não estaria sendo leal à família que o acolheu e que tanto lhe deu carinho, além de perder a oportunidade de viver em um ambiente de fartura e de muita afeição.

Diante dessa luta interior e da pressão exercida por seus parceiros para que passasse os dados da residência a fim de que pudesse ocorrer o assalto, Sem-Pernas optou por não trair os Capitães da Areia; todavia, ocorreu-lhe o seguinte:

Lembrou-se que das outras vezes, quando dava o fora de uma casa para ela ser assaltada, era uma grande alegria que o invadia. Desta vez não tinha alegria nenhuma. Seu ódio para todos não desaparecera, é verdade. Mas abriu uma exceção para a gente daquela casa, porque dona Ester o chamava de filho e o beijava na face. O Sem-Pernas luta consigo mesmo. Gostaria de continuar naquela vida (AMADO, 2006, p. 119-120).

O desejo de Sem-Pernas de morar com dona Ester e Sr. Raul era muito grande, pois o garoto já havia sofrido violência física pela própria família e nas ruas da cidade. Deslocando-se o olhar da ficção e passando-se a fixá-lo na realidade, verifica-se que, de acordo com Machado e Sanches (2014), “A violência contra a criança quando não a mata, a fere e marca sua vida para sempre [...] cicatrizes, traumas, medos, fobias e sentimento de inferioridade estão sempre presentes nestas vítimas” (MACHADO; SANCHES, 2014, p. 177). Sem-Pernas carregava consigo todas essas marcas e, mesmo diante da possibilidade de levar uma vida tranquila,

livre da fome e da violência que o marcaram, o menino escolheu ser fiel aos companheiros de rua, que também o acolheram.

Outras questões importantes, como a varíola, também foram abordadas por Jorge Amado. O autor foi categórico quando descreveu os horrores que essa doença, também conhecida como alastrim ou bexiga negra, causou na população pobre. Na cidade alta, os ricos se vacinaram, mas “[...] a varíola desceu para a cidade dos pobres e botou gente doente, botou negro cheio de chaga em cima da cama [...]” (AMADO, 2006, p. 132). O tratamento dado à população humilde era um só: colocavam os doentes em sacos e os levavam para o lazarento, local onde ficavam depositados, sem receber visita das famílias e do qual, dificilmente, saíam com vida.

Ao abordar esse tema, Amado (2006) insere uma personagem importante no romance, a menina Dora. No capítulo intitulado **Filha de bexiguento**, ela perde seus pais em decorrência da doença e, também por esse motivo, não consegue trabalho. Vagando sem rumo nas ruas da cidade, com seu irmão mais novo, Dora conhece João Grande e Professor, dois integrantes dos Capitães da Areia, que a convidam para morar no trapiche, contrariando as regras do bando, que, até então, era, exclusivamente, masculino.

O primeiro contato de Dora com os demais integrantes do bando foi conturbado. Eles a olhavam com desejo e pensavam em atacá-la. Por alguns instantes, até Pedro Bala teve essa vontade, porém o rosto amedrontado da menina e as investidas de João Grande para defendê-la fizeram com que Bala mudasse de ideia e acalmasse seus companheiros.

Depois desse impacto e com a situação contornada, Dora se integrou ao bando de Pedro Bala e passou a cuidar daqueles meninos com muito carinho, de modo que eles começaram a nutrir por ela um sentimento que se tem por uma mãe. Ela passou, também, a participar dos assaltos cometidos pelo bando de Bala, demonstrando coragem e agilidade.

No capítulo **Reformatório**, há uma descrição de diferentes violências sofridas pelos Capitães da Areia. Após invadirem o palacete do Ilustre Dr. Alcebíades Menezes, os meninos foram trancados em um quarto pelo filho do dono da casa, que, imediatamente, chamou a polícia. Depois de serem rendidos, Pedro Bala, o chefe do bando, com sua agilidade incomum, golpeou o investigador que o segurava, facilitando a fuga de seus companheiros. Bala, todavia, não conseguiu

escapar, pois os demais guardas, que se encontravam no recinto, foram em sua direção e o dominaram. Dora também não escapou.

A ida de Dora para o Orfanato e a de Pedro Bala para o Reformatório uniu ainda mais os Capitães da Areia, que passaram a ter como objetivo maior libertar os companheiros, mesmo sabendo que não seria uma tarefa fácil.

Na delegacia, a violência contra o menino começa logo após a imprensa se retirar. Assim é a descrição desse momento pelo narrador da obra:

— Agora os jornalistas já foram, moleque. Tu agora vai dizer o que sabe queira ou não queira.
 O diretor do reformatório riu:
 — Ora, se diz...
 O investigador perguntou:
 — Onde é que vocês dormem?
 Pedro Bala o olhou com ódio:
 — Se tá pensando que eu vou dizer...
 — Se vai...
 — Pode esperar deitado.
 Virou as costas. O investigador fez um sinal para os soldados. Pedro Bala sentiu duas chicotadas de uma vez. E o pé do investigador na sua cara. Rolou no chão, xingando.
 — Ainda não vai dizer? — perguntou o diretor do reformatório. — Isso é só o começo.
 — Não — foi tudo o que Pedro Bala disse.
 Agora davam-lhe de todos os lados. Chibatadas, socos, pontapés. O diretor do reformatório levantou-se, sentou-lhe o pé, Pedro Bala caiu do outro lado da sala. Nem se levantou. Os soldados vibraram os chicotes [...] (AMADO, 2006, p. 190).

Nessa passagem, o narrador descreve a violência impiedosa, com a qual esse jovem é tratado. Tanto o Diretor do Reformatório quanto o investigador de polícia utilizaram-se de violência física e psicológica, com o intuito de fazer o menino entregar seu bando. O Reformatório, que, em tese, deveria amparar, proteger e dar um novo direcionamento aos jovens que lá estavam, acabava reproduzindo, ainda mais, a violência, já muito presente na vida daqueles meninos.

Nesse local, tudo era muito ruim, podendo-se citar as acomodações e a cafua — uma espécie de solitária, localizada embaixo de uma escada, muito escura, com pouca ventilação, sem banheiro ou qualquer condição de higiene, destinada aos internos para receberem castigos mais severos. A alimentação também não era boa e o trabalho, muito pesado. Tudo ali incitava a violência: “Castigos... Castigos... É a palavra que Pedro Bala mais ouve no reformatório. Por qualquer coisa são espancados, por um nada são castigados. O ódio se acumula dentro de todos eles” (AMADO, 2006, p. 203). No jogo entre a ficção e o real, é preciso dar nova ênfase ao

pensamento de Foucault (2004), no que se refere à forma violenta de punir as infrações cometidas pelos Capitães da Areia. Os maus tratos, além de não terem efeito educativo, acabavam incitando, naqueles meninos, um comportamento ainda mais violento.

Esse isolamento vivido por Pedro Bala no Reformatório ficcional foi uma questão também abordada por Foucault (2004), fora da ficção. Em sua obra, o Reformatório citado tem como um dos princípios disciplinares o isolamento, posto da seguinte forma: “[...] a solidão deve ser um instrumento positivo de reforma. Pela reflexão que suscita, e pelo remorso que não pode deixar de chegar” (FOUCAULT, 2004, p. 199). Ao relacionar o mecanismo do isolamento citado por Foucault (2004) com aquele vivido pelo chefe dos Capitães da Areia, nota-se que, em ambos os casos, há, por parte do sistema elitizado, uma necessidade de controle da máquina social, por meio de ações disciplinares. Assim, por intermédio dessa instituição e utilizando-se desses instrumentos corretivos, os responsáveis pelo Reformatório e a sociedade, em geral, pretendiam reformar os infratores.

Pedro Bala permaneceu no Reformatório durante algum tempo, mas, depois, ele consegue fugir com a ajuda de seu bando. Mais tarde, os meninos também libertam Dora do Orfanato.

Após o episódio das prisões no Reformatório e no Orfanato, os meninos do trapiche enfrentaram uma grande dor, ao perderem a irmã/amiga/mãe/noiva Dora, que, após contrair uma doença no Orfanato, não resistiu e morreu. Com a morte de Dora, o narrador vai descrevendo os destinos das personagens da narrativa, ligando-as às suas vocações. Houve personagens que se direcionaram para o mundo do trabalho; já outras optaram pela marginalização. Uma seguiu sua fé, outra sua veia artística. A morte também se fez como fim. Com relação ao chefe dos Capitães da Areia, este, após tomar consciência das injustiças sociais, voltou-se à militância proletária, lutando, agora, ao lado das classes trabalhadoras menos favorecidas. Tornou-se líder, como seu pai, e jamais deixou de lutar.

3.1 CARTAS AO JORNAL E A VISÃO DA SOCIEDADE A RESPEITO DOS CAPITÃES DA AREIA

Nesta subseção, será dada uma atenção especial à primeira parte do romance, intitulada **Cartas à Redação**. É preciso chamar a atenção do leitor para as

formas diferenciadas com que a elite da sociedade e os órgãos controladores do Estado enxergavam e culpavam crianças, adolescentes e suas famílias, oriundos da classe economicamente desfavorecida, com base em uma suposta ideia de natureza criminal.

Essas crianças que tão cedo se dedicaram à tenebrosa carreira do crime, não têm moradia certa ou pelo menos a sua moradia ainda não foi localizada [...]

Esse bando que vive da rapina se compõe, pelo que se sabe, de um número superior a 100 crianças das mais diversas idades [...] crianças que naturalmente devido ao desprezo dado à sua educação por pais pouco servidos de sentimentos cristãos, se entregam no verdor dos anos a uma vida criminoso (AMADO, 2006, p. 3).

O romance inicia com a reprodução de uma notícia de jornal, seguida por 5 cartas que respondiam a matéria publicada. A reportagem dizia respeito a um assalto à casa do Comendador José Ferreira e, por ser intitulada **Crianças Ladronas**, ela já ganhava destaque. Além disso, chamava atenção, também, a configuração da coluna, apresentada de maneira mais estreita que o resto do texto, bem como a chamada da notícia, transcrita em caixa alta, aos moldes da seguinte manchete:

AS AVENTURAS SINISTRAS DOS “CAPITÃES DA AREIA” – A CIDADE INFESTADA POR CRIANÇAS QUE VIVEM DO FURTO – URGE UMA PROVIDÊNCIA DO JUIZ DE MENORES E DO CHEFE DE POLÍCIA – ONTEM HOVE MAIS UM ASSALTO (AMADO, 2006, p. 3, grifo do autor).

Percebe-se, nesse trecho da obra, que não há o menor cuidado com as palavras quando se trata de meninos que viviam nas ruas, à margem da sociedade. Nota-se, também, que, mediante a cobrança por providências urgentes ao Doutor Juiz de Menores e ao Chefe de Polícia, o jornal se antecipa e responsabiliza os Capitães da Areia pelo ocorrido. Dirigindo-se a elementos do real:

Notícias sobre prisões de menores eram comuns, como a publicada pelo jornal **A Noite** em 6 de março de 1915.

Um menor condenado por ladrão

O Dr. Albuquerque de Mello, juiz da 3ª Vara Criminal, condenou hoje a seis meses de prisão com trabalhos, o menor Apolinário Caetano da Silva, pelo crime de furto e mais ainda por ter sido encontrado em poder do mesmo instrumentos próprios para roubar (SENADO NOTÍCIAS, 2018. Não paginado, grifos do autor).

Retomando a ficção, destaca-se, ainda, uma pequena nota, entre parênteses, contida no fim da reportagem e de cada uma das cartas a serem apresentadas: “[...] informando o leitor sobre ilustrações ou legendas acessórias dos trechos e o lugar que estes ocupam no jornal [...]” (VALOIS, 2018. Não paginado). Após a destacada chamada, a notícia faz referência ao assalto propriamente dito. Logo no início da narração, o jornal apresenta a casa do Comendador José Ferreira como um lugar nobre, e este, por sua vez, é descrito como um abonado comerciante, ganhando belos adjetivos, além do respeito da sociedade: “No Corredor da Vitória, coração do mais chique bairro da cidade, se eleva a bela vivenda do Comendador José Ferreira, dos mais abastados e acreditados negociantes desta praça [...]” (AMADO, 2006, p. 4). Já as palavras destinadas aos meninos do trapiche incitavam a aversão aos mesmos, como, por exemplo, **bando de demônios** (AMADO, 2006, p. 5).

Ainda nesse assalto, o narrador descreveu a diferença social gritante entre duas infâncias. A primeira a ser evidenciada será a infância rica, no recorte que se segue:

Aconteceu que no jardim a linda criança que é Raul Ferreira, de 11 anos, neto do comendador, que se achava de visita aos avós, conversava com o chefe dos “Capitães da Areia”, que é reconhecível devido a um talho que tem no rosto. Na sua inocência, Raul ria para o malvado, que sem dúvida pensava em furtá-lo [...] (AMADO, 2006, p. 5, grifo do autor).

Em seguida, o trecho destacado confronta as infâncias rica e pobre, ao apresentar a maneira diferenciada de brincar dos meninos Raul e Pedro Bala:

A nossa reportagem ouviu também o pequeno Raul, que, como dissemos, tem onze anos e já é dos ginásianos mais aplicados do Colégio Antônio Vieira. Raul mostrava uma grande coragem, e nos disse acerca da sua conversa com o terrível chefe dos “Capitães da Areia”. — Ele disse que eu era um tolo e não sabia o que era brincar. Eu respondi que tinha uma bicicleta e muito brinquedo. Ele riu e disse que tinha a rua e o cais. Fiquei gostando dele, parece um desses meninos de cinema que fogem de casa para passar aventuras (AMADO, 2006, p. 6, grifo do autor).

Diante das passagens apresentadas, é possível notar como a sociedade enxergava as infâncias de formas diferentes. De um lado, a infância inocente, inteligente, estudiosa e com um futuro promissor, enquanto do outro, a infância criminosa, malvada, temida e perdida. Desse modo, a partir dessa representação, o narrador ultrapassa os limites da ficção e expõe ao leitor as limitações do **Código de Menores** (BRASIL, 1927). Para ele, apesar de dar visibilidade à infância pobre, o

Código proporcionava uma interpretação preconceituosa em relação a esses meninos. Conforme dados da Fundação Telefônica/Brasil (2016):

No Código, havia um caráter discriminatório, que associava a pobreza à “delinquência”, encobrindo as reais causas das dificuldades vividas por esse público, a enorme desigualdade de renda e a falta de alternativas de vida. Essa inferiorização das classes populares continha a ideia de norma, à qual todos deveriam se enquadrar. Como se os mais pobres tivessem um comportamento desviante e uma certa “tendência natural à desordem” [...] Além disso, o antigo Código funcionava como instrumento de controle, transferindo para o Estado a tutela dos “menores inadaptados” e assim, justificava a ação dos aparelhos repressivos [...] (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA/BRASIL, 2016. Não paginado, grifos do autor).

Mediante a citação apresentada e relacionando, novamente, a obra amadiana ao **Código de Menores** (BRASIL, 1927), compreende-se o motivo de os Capitães da Areia serem sempre considerados perigosos e delinquentes. A própria situação de ausência afetiva familiar e/ou financeira os colocava sob suspeita. Porém, uma questão a ser pensada é a de que eles não se enquadravam ao modelo de criança valorizado pela elite, pensando que o indivíduo que fugia a esse modelo era estigmatizado pela sociedade. Passando-se, novamente, da ficção à realidade, no Capítulo I, o Art. 1º do **Código de Menores** já fazia referência à proteção dos menores, tratando-os por abandonados ou delinquentes, como se pode observar a seguir: “O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste código” (BRASIL, 1927).

A maneira pela qual o **Código de Menores** (BRASIL, 1927) contemplava os jovens à margem da sociedade foi, inclusive, a forma de representação utilizada por Jorge Amado em sua obra. Essa visão excludente e preconceituosa que a sociedade rica mantinha em relação aos meninos pobres reforçava, ainda mais, a desigualdade social e tornava a identidade dessa infância, como sendo, unicamente, de meninos voltados ao crime, sem meios de recuperação. Em **Capitães da areia** (2006), esses indivíduos tinham de ser banidos da sociedade, contando-se, para isso, com a polícia e com o juizado de menores. O modo pelo qual o **Código de Menores** (BRASIL, 1927) e a sociedade concebiam a infância foi visto por Neves (2013) como:

[...] Visão preconceituosa que cristaliza a prática social, definindo o local de exclusão para os subalternos, reproduzindo as desigualdades, firmando a

identidade da infância subalterna como antissocial, propensa a ações criminosas, sem recuperação [...] (NEVES, 2013, p. 51).

De volta à ficção, após a notícia veiculada pelo **Jornal da Tarde**, de maneira tendenciosa, são enviadas cartas à Redação desse jornal, com diferentes teores, mas que, de alguma forma, buscavam uma solução para a infância abandonada. Através delas, serão expostos:

Posicionamentos que circulam em diferentes segmentos da sociedade e são representados no romance através dos discursos do secretário do chefe de polícia, do diretor do reformatório, do próprio jornal, do padre e da mãe costureira (VALOIS, 2018. Não paginado).

Nesse momento, é possível perceber que cada discurso é apresentado com uma carga ideológica, ou seja, com posicionamentos diferentes e que variam de acordo com o lugar que cada personagem ocupa na sociedade baiana.

Por meio da apresentação das cartas, percebe-se uma convergência de opiniões não só entre os que estão no poder, mas também entre os indivíduos sem nenhum prestígio. Além disso, a voz do narrador, ainda não apresentado ao leitor, faz-se presente nas notas posteriores à reportagem e às cartas, chamando a atenção para a disparidade de tratamento que o jornal dispensa a cada um desses indivíduos.

A primeira carta é do Secretário do Chefe de Polícia. Ele relata ter conhecimento em relação ao assalto ocorrido na casa do Comendador José Ferreira e transfere a responsabilidade das providências ao Doutor Juiz de Menores. Diz, ainda, que deve agir em obediência ao mesmo, quando for solicitado, não se negando, no entanto, a “tomar sérias providências para que semelhantes atentados não se repitam [...]” (AMADO, 2006, p. 7).

A segunda carta endereçada ao jornal é do Doutor Juiz de Menores. Iniciada com palavras cordiais e destacando-se por um texto bastante rebuscado, o juiz devolve ao Chefe de Polícia a responsabilidade pela perseguição e captura dos menores delinquentes. Informa que suas atribuições em relação a esses meninos estão voltadas a “designar o local onde devem cumprir pena, nomear curador para acompanhar qualquer processo contra eles instaurado, etc.” (AMADO, 2006, p. 8). No fim dessa carta, o Doutor Juiz de Menores busca uma forma de se eximir de sua responsabilidade:

Não tenho culpa, porém, de que fujam, que não se impressionem com o exemplo de trabalho que encontram naquele estabelecimento de educação e que, por meio da fuga, abandonem um ambiente onde se respiram paz e trabalho e onde são tratados com o maior carinho. Fogem e se tornam ainda mais perversos, como se o exemplo que houvessem recebido fosse mau e daninho (AMADO, 2001, p. 9).

Por meio dessas ilustres palavras, o Doutor Juiz de Menores ainda descreve o Reformatório como um lugar de bem, um exemplo de educação, onde os menores encontravam carinho e, por isso, jamais deveriam fugir. É possível observar, ainda, que o Doutor Juiz de Menores se coloca como superior ao Chefe de Polícia, quando se utiliza de um vocabulário imponente e ao indicar as responsabilidades que cada um deve cumprir. Nesse sentido, Sudbrack (2010) afirma o seguinte:

tanto o policial praça quanto o meliante são estereotipados pelas classes mais favorecidas na relação paradoxal que as classes dominantes estabelecem com esses servidores públicos. Então, provêm do povo o policial e o bandido. O policial humilde também representa um bode expiatório para a instituição policial militar e para o Poder Judiciário [...] os policiais são submetidos à mesma dominação de classe, são domesticados assim como as vítimas que eles prendem ou matam (SUDBRACK, 2010, p. 116).

Posteriormente à carta do Doutor Juiz de Menores, é publicada a missiva de uma costureira, mãe de um interno no Reformatório. Por meio dela, o narrador assinala que, diferentemente das cartas anteriores, que foram publicadas em primeira página ou em coluna, com clichê e comentários elogiosos, essa aparece na quinta página do jornal, em meio a anúncios, sem qualquer tipo de comentário, demonstrando um tratamento preconceituoso e diferenciado em relação a uma pessoa oriunda da classe economicamente desfavorecida e sem prestígio social. Nesse sentido, Neves (2013) pondera que:

Amado exprime a escrita de Maria Ricardina sem nenhuma correção, denunciando os processos midiáticos da época que buscavam desmerecer o discurso do subalterno, visto que ao manter as incorreções na escrita da denunciante pretende com isso frisar a sua diferença social (NEVES, 2013, p. 52).

Mesmo com o menosprezo da mídia em relação à carta de Dona Maria Ricardina, sua publicação fez emergir situações intocadas sobre o Reformatório. Um

lugar afamado pelas ótimas condições de amparo, proteção e amor foi posto à prova pela simples costureira. Em suas humildes palavras, ela diz o seguinte:

Eu queria que seu jornal mandasse uma pessoa ver o tal reformatório para ver como são tratados os filhos dos pobres que têm a desgraça de cair nas mãos daqueles guardas sem alma. [...] O menor que acontece pros filhos da gente é apanhar duas e três vezes por dia. O diretor de lá vive caindo de bêbado e gosta de ver chicote cantar nas costas dos filhos dos pobres. Eu vi isso muitas vezes porque eles não ligam pra gente e diziam que era para dar exemplo (AMADO, 2006, p. 10).

Ao final de sua carta, a costureira cita o Padre José Pedro como alguém que já esteve presente no Reformatório e pode confirmar sua denúncia. Como era de se esperar, o Padre também se reporta ao jornal, atendendo ao pedido de uma mãe muito aflita e, por meio de uma breve carta, confirma as atrocidades citadas por ela do seguinte modo:

As crianças do aludido reformatório são tratadas como feras, essa é a verdade [...] e em vez de conquistarem as crianças com bons tratos, fazem-nas mais revoltadas ainda com espancamentos seguidos e castigos físicos verdadeiramente desumanos [...] (AMADO, 2006, p. 12).

Diante da confirmação de maus tratos aos meninos do Reformatório, é preciso ter um olhar para o fato de que, na ficção, tal como na realidade, estando em uma situação vulnerável de abandono financeiro e emocional, como aquela em que se encontravam os Capitães da Areia, o meio pode ter exercido influência no desenvolvimento do indivíduo. Nas considerações da Fundação Telefônica/Brasil (2016) “[...] A atuação do adolescente depende das relações que ele vive e das que ele conhece no meio social. Ele atribui SENTIDOS⁹ a estas vivências e estas vão servir como parâmetros para suas futuras relações [...]” (FUNDAÇÃO TELEFÔNICA/BRASIL, 2016, não paginado). Desse modo, torna-se possível tecer relações entre as atitudes de violência e o sentimento de ódio nutrido pelos Capitães da Areia.

A última carta enviada à Redação do **Jornal da Tarde** foi do Diretor do Reformatório, em forma de resposta às acusações ao estabelecimento que dirigia. Ao fazer referência às cartas de acusação ao Reformatório, despreza aquela escrita

⁹ Grafado conforme se encontra no documento citado.

pela mãe de um interno, chamando-a de **mulherzinha do povo**¹⁰ e acusando-a de desejar o filho solto para se beneficiar de seus furtos. Desse modo, mais uma vez, percebe-se que a culpa da delinquência é totalmente atribuída ao indivíduo pobre, que não consegue seguir um modelo de sujeito valorizado pela elite.

Posteriormente, o Sr. Diretor do Reformatório diz-se abismado com a denúncia feita pelo Padre José Pedro e lança a ele acusações sobre o fato de ser incentivador de desobediência entre os internos, como se pode verificar a seguir:

ele tem incentivado os menores que o Estado colocou a meu cargo à revolta, à desobediência. Desde que ele penetrou os umbrais desta casa que os casos de rebeldia e contravenções aos regulamentos aumentaram. O tal padre é apenas um instigador do mau caráter geral dos menores sob a minha guarda [...] (AMADO, 2006, p. 14).

Por fim, o Sr. Diretor convida o redator do jornal a fazer uma visita ao Reformatório, para que ele e o público pudessem saber, exatamente, o que acontecia por lá. A visita, contudo, deveria ocorrer somente com data marcada:

Espero o vosso redator na segunda-feira. E se não digo que ele venha no dia que quiser é que estas visitas devem ser feitas nos dias permitidos pelo regulamento e é meu costume nunca me afastar do regulamento. Este é o motivo único por que convido o vosso redator para segunda-feira [...] (AMADO, 2006, p. 14).

Após a realização da visita, o **Jornal da Tarde** publica uma reportagem sobre o Reformatório, com a seguinte chamada:

UM ESTABELECIMENTO MODELAR ONDE REINAM A PAZ E O TRABALHO – UM DIRETOR QUE É UM AMIGO – ÓTIMA COMIDA – CRIANÇAS QUE TRABALHAM E SE DIVERTEM – CRIANÇAS LADRONAS EM CAMINHO DA REGENERAÇÃO – ACUSAÇÕES IMPROCEDENTES – SÓ UM INCORRIGÍVEL RECLAMA – O “REFORMATÓRIO BAIANO” É UMA GRANDE FAMÍLIA – ONDE DEVIAM ESTAR OS “CAPITÃES DA AREIA” (AMADO, 2006, p. 15, grifos do autor).

As informações contidas após essa chamada indicam que a reportagem ocupou uma página inteira do jornal, com diversos clichês do prédio e um do Sr. Diretor. As questões apontadas anteriormente pelo narrador vêm mostrando a existência de preconceitos em relação à classe mais pobre da sociedade. Mostra, ainda, que a culpa da marginalidade é atribuída a essa classe. Desse modo, tanto

¹⁰ Grifo nosso.

para a elite baiana quanto para os órgãos reguladores de poder, meninos delinquentes ou abandonados devem ser moldados nos estabelecimentos exemplares, como esse, mostrado em **Capitães da areia** (2006). Por tudo isso, percebe-se que a classe dominadora, apoiada pela mídia, impõe seu discurso de dominação. A inadequação ao modelo imposto configura-se como exclusão social.

Por meio dos fatos apresentados na obra de Amado (2006), nota-se o descaso que o governo e a elite da sociedade nutriam pelas crianças e adolescentes abandonados e marginalizados nos grandes centros. Não se podia, também, deixar de responsabilizar as famílias pela educação das crianças e dos jovens. Era preciso que se tivesse, por parte de todos, mais respeito e responsabilidade em relação a esses jovens, a fim de que a família, o Estado e a sociedade pudessem, juntos, responsabilizarem-se pelos direitos dessas crianças e adolescentes, tendo em vista que se encontravam em fase de desenvolvimento. Eles precisavam, portanto, de bom direcionamento e de bons referenciais, de modo que pudessem tornar-se cidadãos mais respeitados e valorizados socialmente, com acesso a bens culturais, materiais e com amparo emocional.

3.2 A REAÇÃO DOS MENORES À SOCIEDADE BAIANA

Durante muitos séculos, a infância não era entendida como uma fase peculiar do desenvolvimento humano. A aprendizagem se dava por meio do contato direto com os adultos, ou seja, “A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las” (ARIÈS, 2015, p. 3).

As mudanças em relação à infância foram ocorrendo muito lentamente. No final do século XVII, algumas questões podem ser observadas, como as seguintes: “A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles [...]” (ARIÈS, 2015, p. 5), porém, esse fato só ocorreu mediante o apoio familiar, como se pode observar a seguir:

A família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, algo que ela não era antes. Essa afeição se exprimiu, sobretudo através da importância que se passou a atribuir a educação. Não se tratava mais apenas de estabelecer os filhos em função dos bens e da honra. Tratava-se de um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos de seus filhos e os acompanhavam com uma

solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida. [...] A família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela [...] (ARIÈS, 2015, p. 5).

A diferenciação da criança em relação ao adulto pode ser percebida pelo uso de trajes reservados à sua idade, pelo menos no que dizia respeito às crianças nobres ou burguesas.

Pretende-se, com essas colocações, mostrar que a infância nem sempre foi reconhecida e valorizada como no momento atual, sobretudo, quando se refere a crianças pobres. Passando-se à ficção, em **Capitães da areia**, Jorge Amado (2006) expõe essa diferenciação entre ricos e pobres, tocando, por meio da literatura, em um problema real da sociedade baiana. Nas palavras de Antonio Candido (2000), no livro intitulado **Literatura e sociedade**, “[...] a literatura contribuiu com eficácia maior do que se supõe para formar uma consciência nacional e pesquisar a vida e os problemas brasileiros [...]” (CANDIDO, 2000, p. 21).

A postura da sociedade e das autoridades em relação às infâncias era diferenciada. Anteriormente, já foi mostrado o valor dado à criança e ao jovem da classe alta, bem como a maneira diferente com que eram tratados aqueles oriundos da pobreza.

No romance **Capitães da areia** (2006), essa diferenciação, em grande parte, ocorria por meio de descaso social e das autoridades competentes, que se impunham pelo uso de diferentes formas de violência. Botoso e Paulette (2012), ao se referirem a Jorge Amado, endossam as considerações apresentadas nesta subseção, afirmando que “[...] O autor também deixa claro o descaso dos governantes e da sociedade em geral em relação ao problema das crianças e adolescentes abandonados e marginalizados nas grandes cidades” (BOTOSO; PAULETTI, 2012, p. 6).

Como já se sabe, os Capitães da Areia eram crianças e adolescentes que foram morar nas ruas por motivos variados. Soltos em Salvador, precisavam abandonar posturas condizentes com a idade que tinham e se portarem como homens. Esse comportamento incorporado por eles era uma forma de blindagem e de sobrevivência, diante de uma sociedade excludente e preconceituosa. As

violências física, psicológica e verbal sofridas aguçavam, nos meninos do trapiche, um sentimento de revolta que incitava ainda mais violência.

Diante disso, a sociedade abastada e os menores de rua, vistos, essencialmente, como abandonados e delinquentes, segundo o próprio **Código de Menores** (BRASIL, 1927), viviam em um círculo vicioso em que a violência ocorrida de um lado acabava por gerar mais violência do outro.

A fase de desenvolvimento na qual se encontravam tornava muito necessária a presença da família, para conduzir o crescimento e o desenvolvimento desses jovens. Nas palavras de Botoso e Pauletti (2012):

A infância é uma fase muito importante no desenvolvimento da criança, principalmente em relação à família, quando se constroem vínculos afetivos e direcionamento moral, que influenciam na formação do caráter, preparando-as para a adolescência, que é o período de profundas modificações físicas, psicológicas e sociais. Essa etapa, entretanto, exige acompanhamento familiar, educacional, social e religioso [...] (BOTOSO; PAULETTI, 2012, p. 3).

O retrato da sociedade baiana, representado pelo autor da obra **Capitães da areia** (2006), no entanto, era bem diferente, pelo menos no que tange às crianças e aos adolescentes da classe pobre. Eles não contavam com toda essa assistência e carinho que as famílias deveriam prestar. Aliás, em muitos casos, era o próprio convívio desarmônico em casa que os levava a habitar as ruas. A falta do amparo familiar já era um grande motivo de revolta para os meninos do romance. De acordo com Botoso e Pauletti (2012), nessa obra, o autor vai mostrando:

[...] as diferenças de classes, as desigualdades sociais entre ricos e pobres, a má distribuição de renda, a exclusão dos menores de rua por parte da população e do governo e os efeitos da marginalidade nas crianças e adolescentes, discriminados por um sistema social perverso (BOTOSO; PAULETTI, 2012, p. 6).

Diante de tais considerações, pode-se afirmar que o autor, além de retratar a realidade vigente daquela época na sociedade baiana, mostrava, ainda, que o comportamento das crianças e dos jovens era um reflexo do contexto no qual estavam inseridos. Mas esse ambiente, um tanto hostil, não se referia somente ao abandono familiar, da sociedade e do Estado, porquanto estava ligado, também, aos ambientes em que esses meninos viviam, como se pode verificar no seguinte trecho:

O trapiche estava situado na areia, perto do mar, na chamada cidade baixa, longe da população, e isso nos revela uma condição de marginalidade dessas crianças, ou seja, o distanciamento da vida social, a exclusão, a diferença, pois este espaço semidestruído e abandonado é um contraste com as mansões da cidade [...] (BOTOSO; PAULETTI, 2012, p. 9).

Tendo em vista tais colocações, nota-se que os Capitães da Areia viviam, constantemente, em uma situação desfavorável e avessa ao seu desenvolvimento. Faltava-lhes tudo. Não tinham casa, amparo familiar, o sentimento da parte rica da sociedade era de medo e repugnância em relação a eles, que viviam mal trajados e esfomeados, sem falar, mais uma vez, no descaso do Estado e no tratamento violento por parte da polícia e dos dirigentes do Reformatório.

Por tudo isso, esses meninos, que viviam em situação de abandono, acabavam respondendo a esse tratamento também de forma violenta. A seguir, será apresentado um estudo a respeito da reação à violência física.

3.2.1 Reação à violência física

Na presente pesquisa, cujo foco são as representações da violência contra a infância e a adolescência em **Capitães da areia** (2006), fez-se necessário, inicialmente, o entendimento do conceito de violência e, depois, o entendimento de suas variações. Nesta subseção, após estudar e conhecer aspectos caracterizadores das violências sofridas pelos Capitães da Areia, será abordada a reação que eles tiveram depois de sofrerem esses abusos.

O conceito de violência física, apresentado nos estudos de Faleiros e Faleiros (2008), utilizado na subseção 2.2.1, diz muito sobre as vivências e os abusos sofridos na ficção pelos meninos do trapiche, pois aborda a relação de poder que uns exercem sobre outros, enumera as marcas deixadas pela violência, além de exemplificar as formas pelas quais elas ocorrem. Como já exposto, em muitos casos, o ambiente familiar pode ser o primeiro lugar em que a criança e o jovem sofrem tratamentos abusivos.

Na obra **Capitães da areia** (2006), pode-se exemplificar esse momento por meio da história do menino conhecido como Sem-Pernas: “Nunca tivera família. Vivera na casa de um padeiro a quem chamava *meu padrinho* e que o surrava. Fugiu logo que pôde compreender que a fuga o libertaria [...]” (AMADO, 2006, p. 31, grifo do autor).

Sem-Pernas, mesmo não tendo sido criado pelos pais, conviveu em um ambiente familiar; no entanto, seu responsável utilizava-se de abuso físico contra ele, o que, segundo Monteiro (2018), configura-se como violência doméstica, tendo em vista que eles não possuíam vínculo consanguíneo. Por ter vivido essa experiência marcante e traumática, a personagem começou a sentir prazer na realização de furtos e trapaçadas que cometia nas ruas e contra algumas famílias em Salvador, após integrar-se ao bando de Pedro Bala. Esses atos exerciam no menino um sentimento de vingança: “E o Sem-Pernas tinha verdadeira satisfação ao pensar em quanto o xingariam aquelas senhoras que o haviam tomado por um pobre órfão. Assim se vingava, porque seu coração estava cheio de ódio” (AMADO, 2006, p. 31).

Além desse sentimento de ódio demonstrado por Sem-Pernas, em outros momentos, ele dava indícios de nutrir um sentimento de angústia pela falta de carinho, que, dificilmente, seria encontrado nas ruas. Essa angústia também lhe causava muita revolta e vontade de se vingar em alguém. Esse fato pode ser observado quando o menino vai atrás de dois integrantes do bando e ouve algumas palavras ditas por eles:

Foi então pelo outro lado e chegou a tempo de ver Barandão que se encontrava com um vulto. Logo o reconheceu: era Almiro, um do grupo, de doze anos, gordo e preguiçoso. Deitaram-se juntos, o negro acariciando Almiro. O Sem-Pernas chegou a ouvir palavras. Um dizia: meu filhinho, meu filhinho. O Sem-Pernas recuou e a sua angústia cresceu. Todos procuravam um carinho, qualquer coisa fora daquela vida: o Professor naqueles livros que lia a noite toda, o Gato na cama de uma mulher da vida que lhe dava dinheiro, Pirulito na oração que o transfigurava, Barandão e Almiro no amor na areia do cais. O Sem-Pernas sentia que uma angústia o tomava e que era impossível dormir. Se dormisse viriam os maus sonhos da cadeia. Queria que aparecesse alguém a quem ele pudesse torturar com chicotes. Queria uma briga. Pensou em ir acender um fósforo na perna de um que dormisse. Mas quando olhou da porta do trapiche, sentiu somente pena e uma doida vontade de fugir. E saiu correndo pelo areal, correndo sem fito, fugindo da sua angústia [...] (AMADO, 2006, p. 39).

A violência que chegava até os Capitães da Areia, de alguma forma, voltava para a sociedade, seja por meio de ocorrências físicas, psicológicas ou verbais, pois aqueles meninos reagiam ao tratamento recebido.

Em uma dessas reações, houve o abuso sexual, violência grave, cometida no areal do cais do porto, pelo chefe dos Capitães da Areia. Pedro Bala voltava ao trapiche após conversar com o estivador João de Adão, que lhe contou vários acontecimentos sobre a vida e o falecimento de seu pai. Atordoado com a conversa,

quando chegou ao areal, avistou uma jovem negra que cortava caminho por ali e se pôs a segui-la. Ela tentou correr, mas o menino a alcançou. A garota não queria se entregar, posto que pretendia guardar sua virgindade.

E agora fazia por acariciá-la, queria dominar sua raiva, fazer com que ela sentisse desejo. Suas mãos desciam ao longo do seu corpo, deitou-a com esforço. Ela agora repetia num refrão:

– Me deixa, desgraçado... Me deixa, desgraçado...

Ele suspendeu as saias pobres de chita, apareceram as duras coxas da negra. Mas estavam uma sobre a outra e Pedro Bala tentou separá-las [...] Chorava, e Pedro Bala tinha pena, mas o desejo estava solto dentro dele. Então propôs ao ouvido da negra (e fazia cócegas a língua dele):

– Só boto atrás.

– Não. Não. [...]

Mas ele a acarinhava, uma cócega subiu pelo corpo dela. Começou a compreender que se não o satisfizesse como ele queria, sua virgindade ficaria ali.

– Tu jura que não vai na frente? [...]

Mas depois que tinha se satisfeito pela primeira vez (e ela gritara e mordera as mãos), vendo que ela ainda estava possuída pelo desejo, tentou desvirginá-la. Mas ela sentiu e saltou como uma louca (AMADO, 2006, p. 83-84).

Tendo em vista o recorte da obra apresentado, percebe-se que a menina que fora abusada teve de ceder sexualmente devido a sua incapacidade de reação em relação ao agressor. Demonstrou, ainda, confusão mental e física no momento em que, mesmo sabendo que não deveria ter relação com Bala, seu corpo sentia desejos. Deslocando-se da obra ficcional e dirigindo-se à realidade, observa-se que a violência sexual contra crianças e adolescentes é posta da seguinte forma:

[...] a violência sexual contra crianças e adolescentes é o envolvimento destes em atividades sexuais com um adulto, ou com qualquer pessoa um pouco mais velha ou maior, nas quais haja uma diferença de idade, de tamanho ou de poder, em que a criança é usada como objeto sexual para gratificação das necessidades ou dos desejos do adulto, sendo ela incapaz de dar um consentimento consciente por causa do desequilíbrio no poder ou de qualquer incapacidade mental ou física (DISTRITO FEDERAL, 2018. Não paginado).

No caso da obra de Amado (2006), conhecimentos referentes à vida do pai fizeram com que Pedro Bala reagisse e descontasse sua revolta em quem nada tinha a ver com a questão. O abuso sexual foi a maneira que encontrou para se vingar da vida e da sociedade.

3.2.2 Resposta à violência psicológica

Após um breve estudo sobre a violência psicológica, abordando suas formas de manifestações e as possíveis causas em uma vítima, será observado, nesta subseção, como os Capitães da Areia respondiam à sociedade, quando sofriam esse tipo de abuso. Faz-se importante destacar que, embora o foco seja a violência psicológica, não se pode perder de vista que:

[...] como fenômeno mais amplo, a violência poderia ser caracterizada como uma relação social sustentada pelo poder, baseada no uso da força física, psicológica, individual e/ou coletiva, gerando rebatimentos físicos, psíquicos e/ou sociais para os sujeitos atingidos, em alguma medida, por ela [...] (RUSSO et al., 2014, p. 164-165).

Na obra **Capitães da areia** (2006), diversas vezes, o autor representou ocorrências desse tipo de violência contra os meninos do trapiche, que não tardavam em responder à violência sofrida. Houve um episódio em que Sem-Pernas foi ridicularizado por soldados bêbados, que o colocaram para correr em volta de uma saleta, mesmo sabendo de sua limitação física, depois o espancaram e continuaram a rir dele. O fato de ter sido ridicularizado e humilhado deixou marcas profundas no menino: “As marcas que ficaram em suas costas desapareceram. Mas de dentro dele nunca desapareceu a dor daquela hora [...] Ainda hoje ouve como os soldados riam e como riu aquele homem de colete cinzento que fumava um charuto” (AMADO, 2006, p. 31). Por vezes, sonhava com o ocorrido e acordava atordoado, causando-lhe o que Guerra (2008) caracterizou como sendo um grande sofrimento mental¹¹. A resposta a esse sofrimento sentido por Sem-Pernas voltava para a sociedade em forma de violência, que se materializava, principalmente, em assaltos cometidos em casas de famílias abastadas.

Em uma emboscada armada pelo bando de Pedro Bala, em que Sem-Pernas foi fazer a sondagem de uma residência, para ver o que seria roubado, o menino coxo foi surpreendido com a recepção que teve dos donos da casa. O tratamento recebido por ele o deixou transtornado: ele sentiu mal ao entregar aquela casa ao assalto. Contudo, mesmo após o conflito interno que viveu, não traiu seus companheiros do trapiche. Depois de o assalto ser sacramentado, o jornal só

¹¹ O sofrimento mental mencionado poderá ser entendido em uma citação de Guerra (2008), na página 32 desta dissertação.

noticiou o sumiço do menino, referindo-se a Sem-Pernas como sendo o Augusto, filho dos donos da casa. Aquela notícia o fez sentir-se ainda pior: “O Sem-Pernas ficou calado. Mordia o lábio [...]” (AMADO, 2006, p. 122).

Mesmo diante de seu sofrimento, Barandão, um amigo do bando, fez uma brincadeira com Sem-Pernas, usando um tom sarcástico, fazendo com que ele, mais uma vez, se sentisse humilhado: “— Tua família tá te procurando, Sem-Pernas. Tua mamãe tá te procurando para dar de mamar a tu” (AMADO, 2006, p. 123).

Assim, nessa passagem da obra, percebe-se que meninos que sofrem violência também exercem a violência. O próprio companheiro do bando abusando do outro, que, naquele momento, encontrava-se bastante fragilizado pelos acontecimentos. Mas, segundo os apontamentos de Russo et al. (2014), a violência está relacionada à forma pela qual o indivíduo compreende o mundo, e esses meninos compreendiam-no pela ótica da violência; por isso, manifestavam-se por meio dela. A resposta de Sem-Pernas foi imediata, com uma atitude de violência:

Mas não disse mais nada, porque o Sem-Pernas já estava em cima dele e levantava o punhal. E esfaquearia sem dúvida o negrinho se João Grande e Volta Seca não o tirassem de cima dele. Barandão saiu amedrontado. O Sem-Pernas foi indo para o seu canto, um olhar de ódio para todos [...] (AMADO, 2006, p. 123).

O comportamento de Barandão em relação ao amigo pode ter ocorrido porque as marcas deixadas em Sem-Pernas não eram visíveis como aquelas que são deixadas pela violência física. É preciso um olhar atento e treinado para detectar o abuso psicológico sofrido por uma vítima. Embora convivessem com abusos de vários tipos, nem sempre os Capitães da Areia estavam preparados para entendê-los nas modalidades em que se apresentavam.

Outra forma de os Capitães da Areia serem atingidos por violência psicológica está relacionada aos xingamentos por parte de policiais, pessoas ligadas a cargos de chefia, membros da elite da sociedade e da imprensa. Esses ocorriam por meio de insultos, humilhações, rebaixamento moral, sem a menor demonstração de afeto em relação àqueles meninos que viviam à margem da sociedade.

No capítulo **Cartas à redação**, os meninos liderados por Pedro Bala são chamados de crianças ladronas, de criminosos, de bando de demônios, sem contar a relação que se faz do grupo com uma infestação, que, no caso, é algo indesejado, como infestação de ratos. Também foram humilhados por uma senhora, que os viu

em companhia do Padre José Pedro. Ela não os reconhecia como crianças que eram, de fato, mas, sim, como velhacos ladrões, segregando a infância pobre e a infância rica. Outros momentos de violência psicológica também se sucedem no decorrer da narrativa, fazendo com que ocorram, diante de toda essa violência, respostas dos meninos à sociedade baiana em forma de mais violência.

3.2.3 Revide à violência verbal

Após estudar a violência, suas tipologias e apontar as formas pelas quais os Capitães da Areia reagiram e responderam às violências física e psicológica, nesta subseção, será realizado o estudo sobre a forma pela qual as crianças e os adolescentes responderam à violência que sofreram por parte da elite da sociedade baiana.

Destaca-se, neste estudo, que, quando se refere à violência verbal, é preciso ter atenção, pois suas características de usos e suas consequências têm muita proximidade com as da violência psicológica. De acordo com Marques (2018), a pessoa que pratica o abuso verbal também tem a intenção de ridicularizar e humilhar o outro, tal qual ocorre nos casos de abuso psicológico, sendo que as consequências para a vítima podem ser igualmente danosas. Em **Capitães da areia** (2006), os xingamentos aos menores eram constantes e acabavam se tornando algo natural para a sociedade, que não compreendia aquele ato como sendo uma violência.

Enfatiza-se que um episódio muito marcante descrito pelo narrador do romance envolveu as três tipologias da violência evidenciadas nesta pesquisa; todavia, neste momento, só será mencionado o abuso verbal. Trata-se do capítulo **Reformatório**, no qual Pedro Bala, chefe dos Capitães da Areia, foi capturado e preso.

Prender Pedro Bala foi um desafio e uma satisfação para a polícia e um alívio para a sociedade baiana. Dentro desse cenário, passa-se da ficção aos estudos de Foucault (2004), destacando-se que:

Efetivamente a infração lança o indivíduo contra todo o corpo social; a sociedade tem o direito de se levantar em peso contra ele, para puni-lo. Luta desigual: de um só lado todas as forças, todo o poder, todos os

direitos. E tem mesmo que ser assim, pois aí está representada a defesa de cada um. Constitui-se assim um formidável direito de punir, pois o infrator torna-se o inimigo comum. Até mesmo pior que um inimigo, é um traidor pois ele desfere seus golpes dentro da sociedade. Um “monstro”. Sobre ele, como não teria a sociedade um direito absoluto? Como deixaria ela de pedir sua supressão pura e simples (FOUCAULT, 2004, p. 76, grifo do autor).

Entende-se, nessa passagem, que, novamente, o sistema social, detentor do poder, coloca-se do lado oposto ao dos infratores, que, possivelmente, são pessoas à margem da sociedade: “O direito de punir deslocou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade” (FOUCAULT, 2004, p. 76). Mudou-se apenas o motivo e/ou a justificativa para continuar imprimindo as punições. Contra os malfeitores, são utilizados mecanismos punitivos, em conformidade com a elite pertencente a esse grupo, na tentativa de manter, sob controle, todos os infratores.

Retornando à obra amadiana, a reportagem que relata a prisão de Pedro Bala e de Dora apresenta agressões verbais aos meninos do trapiche, tratando-os, novamente, por menores delinquentes. É importante ressaltar que essa agressão sofrida pelos menores conta com a conivência de uma sociedade que naturaliza a ocorrência desses fatos. Machado e Sanches (2014) já abordaram esse assunto, afirmando que essa conivência em relação à violência favorece a aniquilação do passado, do presente e do futuro desses jovens. Dimenstein (2002) também faz um alerta:

[...] todo mundo está começando a achar que a violência é coisa normal. Isso porque os noticiários falam muito em crimes e eles acontecem a toda hora. Então, as pessoas se esquecem dos verdadeiros princípios básicos da cidadania e da democracia. E uma sociedade só consegue viver dentro desses princípios quando seus problemas são resolvidos sem violência (DIMENSTEIN, 2002, p. 14).

Todavia, no Reformatório do universo ficcional, não é isso que acontece, pois o Diretor agride Pedro Bala verbalmente, usando palavras como criminoso nato e dizendo que ele tem estigmas do crime na face, utilizando-se de um discurso preconceituoso, como se pode observar a seguir:

— É o chefe dos tais de Capitães da Areia. Veja... O tipo do criminoso nato [...] Traz todos os estigmas do crime na face. Com esta idade já tem uma cicatriz. Espie os olhos... Não pode ser tratado como um qualquer. Vamos lhe dar honras especiais [...] (AMADO, 2006, p. 191).

Logo depois, o Diretor do Reformatório ordenou o bedel Ranulfo a levar Pedro Bala para a cafua, onde seu sofrimento foi grande. O menino passou dias e dias

recebendo um tratamento desumano, com acesso a pouca água e caldo de feijão salgado.

Assim, ao relacionar os acontecimentos da obra a questões da realidade, percebe-se que, em momento algum, foram mencionados os direitos desse menino. Direitos estes já previstos pelo **Código de Menores** (BRASIL, 1927), que assegurava medidas de assistência e proteção ao menor. Entretanto, o que ocorreu na obra de ficção foi uma prisão truculenta e o encaminhamento de Pedro Bala direto para o Reformatório, sem considerar os aspectos social, médico e psicológico de sua vivência. Nesse contexto relacional entre ficção e realidade, provavelmente, Pedro Bala já era o que Dimenstein (2002) chama de **cidadão de papel**, ou seja, aquele indivíduo que tem suas garantias nos papéis, mas inexistentes na realidade.

No período em que se encontrava preso na cafua, o único revide que Pedro Bala conseguiu dar pela violência sofrida foram também agressões verbais direcionadas aos responsáveis pelo Reformatório. Desesperado de sede e de dor, dentro daquele ambiente insalubre, ele grita: “— Filhos da mãe... Desgraçados. [...] É tudo quanto consegue dizer. Assim mesmo, em voz baixa. Já não tem forças para gritar, para esmurrar a porta. Agora está certo de que irá morrer ali [...]” (AMADO, 2006, p. 198-199).

A violência verbal, aliada às demais violências já evidenciadas nesta pesquisa, aguçava ainda mais a raiva, a revolta e o ódio que os Capitães da Areia sentiam em relação à sociedade.

Após Pedro Bala fugir do Reformatório, livrando-se do tratamento violento que lá recebia, tirar Dora do Orfanato seria uma forma de se vingar daquela sociedade preconceituosa, excludente e que tanto os hostilizava.

A obra **Capitães da areia** (2006) é cercada de ações e reações, todas elas impregnadas de violência, mostrando, de um lado, a sociedade rica e detentora do poder e, de outro, a parcela pobre de um povo, em que se evidenciam meninos à margem da sociedade, que não possuíam direitos fundamentais como educação, alimentação, moradia, dignidade, respeito, entre outros. A ausência de amparo familiar, do Estado e da sociedade, aliada à necessidade de sobrevivência, impulsionava os Capitães da Areia à vida de crimes e trapaças nas ruas de Salvador.

4 CONCLUSÃO

Depois de empreender reflexões, ao longo das seções e subseções, na presente pesquisa, foram identificadas e analisadas as representações da violência contra a infância e a adolescência em **Capitães da areia**, de Jorge Amado (2006). Este estudo foi realizado a partir de levantamentos teóricos, relacionados à literatura amadiana, além de contar com uma pequena base histórica, enfocando o Brasil do início do século XX.

A seção 2 abordou, de forma breve, o estudo da violência que se pretendia percorrer nas subseções seguintes. Apontou, também, as tipologias da violência, sendo elas a física, a psicológica e a verbal.

Na subseção 2.1, fez-se uma abordagem sobre a história da violência, evidenciando-se o conceito de Marilena Chauí (2011). O cenário histórico abordado foi o do Brasil, na primeira metade do século XX, e mostrou, por meio da política do café com leite, que apenas os interesses da classe dominante eram privilegiados, estabelecendo-se, desse modo, uma violência política e econômica contra a população menos favorecida.

A violência também foi constatada no período da escravidão, por intermédio dos severos castigos físicos aos escravizados. Após a assinatura da Lei Áurea, a situação de abuso continuou ocorrendo, tendo em vista o abandono e o descaso com os negros. Esses não puderam contar com uma política de amparo por parte do governo, passando a mendigar ou, até mesmo, roubar para manter a sua subsistência. Jorge Amado (2006) também representou essa situação em **Capitães da areia**, apontando para o fato de que as leis existentes em 1937 não eram suficientes para a proteção da infância abandonada.

O período histórico apresentado foi relacionado à obra amadiana em estudo, demonstrando a necessidade de se cobrar do Estado o cumprimento de seu papel em relação aos jovens da classe pobre do país, por meio de leis de amparo e pelo acesso a uma educação de qualidade. Evidenciou-se, também, a necessidade de suporte por parte dos pais e/ou responsáveis, possibilitando o desenvolvimento dessa parcela da sociedade, que, em 2019, continua sofrendo com diferentes tipos de violência e com o descaso em seu processo de formação e de desenvolvimento.

A subseção 2.2 apresentou as três tipologias de violência estudadas nesta pesquisa, associando os acontecimentos ocorridos na obra **Capitães da areia**

(2006) a alguns levantamentos teóricos realizados. Destacou-se a vida de miséria dos meninos do trapiche, o modo pelo qual se mantinham nas ruas, além do sofrimento em relação à ausência da família, deixando claro que o descaso, tanto na ficção quanto na realidade, interfere, negativamente, no crescimento desses indivíduos. Vários desses episódios foram traduzidos pelo autor do romance como as diferentes violências estudadas em outras subseções.

A violência física contra crianças e adolescentes, estudada na subseção 2.2.1, foi exposta por Faleiros e Faleiros (2008) como uma relação social de poder que deixa marcas no corpo da vítima, tais como fraturas, escoriações, arranhões, entre outras. Constatou-se que essa violência pode ocorrer em vários ambientes, inclusive no familiar. Nessa situação, o abuso, em muitos lares, justifica-se como forma de educar, conforme aponta Monteiro et al. (2018), podendo modificar as atitudes do agredido, afetando seu desenvolvimento emocional e cognitivo.

Notou-se que os abusos físicos apresentados neste estudo sofreram várias transformações em sua maneira de execução, porém, jamais deixaram de existir. Em cada momento histórico, a violência manifestou-se de um modo diferente. Atualmente, mesmo com a existência de leis, já mencionadas anteriormente, como dispositivos de combate às violências físicas, ainda se percebe muita dificuldade em seu combate, inclusive no que se refere à denúncia do agressor. Dessa forma, entende-se como necessária a atenção familiar e, na ausência desta, que o Estado possa interferir e proteger as crianças e os adolescentes, fazendo valer os direitos que lhes cabem e que estão previstos em lei.

A subseção 2.2.2 abordou a violência psicológica. Estudos de Guerra (2008) e Russo et al. (2014) assinalam que esse abuso manifesta-se por meio de insultos, humilhações, negligência afetiva e ridicularização da vítima, podendo ser designado como **tortura psicológica**, que ocorre quando a criança é, constantemente, depreciada, bloqueando seus esforços de autoaceitação. Assim como ocorre com o abuso físico, a violência psicológica pode ter início dentro do próprio ambiente familiar, e a relação entre pais e filhos, que deveria ser de proteção, acaba se transformando em opressão. Nesse sentido, estabelece-se em uma relação de poder, que se mantém por meio de agressões verbais ou psicológicas.

As consequências do abuso emocional podem ser muito sérias, tais como depressão, estresse, ansiedade, entre outras. Nesse ponto, destacou-se a dificuldade de identificação da agressão psicológica, tornando-a uma violência

silenciosa, caso não esteja vinculada a outro tipo de abuso. A invisibilidade dessa violência atinge, também, crianças e adolescentes de rua, com o agravante de eles já serem invisíveis para a sociedade. Ao finalizar o estudo dessa subseção, salientou-se a necessidade de acompanhamento, tanto da vítima quanto do agressor, por profissionais especializados, além de conscientização da população a respeito desse tipo de violência, buscando, desse modo, diminuir o preconceito e propiciar a tomada de providências em relação a essas questões.

O estudo da violência verbal, realizado na subseção 2.2.3, foi posto por Marques (2018) como um comportamento agressivo, ocorrido por meio de palavras insultuosas, objetivando humilhar ou ameaçar a vítima. Mencionou-se a ligação entre as violências verbal e psicológica, sendo que a segunda pode ser causada pela primeira, ou seja, os xingamentos e humilhações podem acarretar problemas psicológicos na vítima. Tratou-se da naturalização em relação à violência verbal, sem deixar, porém, de mostrar o estudo da *Mental Harvard Health* (2016), o qual aponta que a constante agressão verbal pode causar transtorno pós-traumático, que se manifesta, entre outras condições, por meio de personalidade instável, TOC e, até mesmo, levando a vítima a óbito. Constatou-se que, somente em 1996, por meio de estudos realizados pelo LACRI, foram obtidos dados estatísticos acerca da violência doméstica contra crianças e adolescentes, o que propiciou, a partir daí, a ocorrência de investigações mais sistemáticas. Isso tornou o assunto mais conhecido pelas autoridades e pela sociedade em geral, favorecendo, desse modo, a identificação da ocorrência dessas violências. Por fim, no que se refere à criança e ao adolescente, apontou-se, nesta pesquisa, como avanço, a existência de leis, tais como a **Constituição Federal** e o **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Ressaltou-se, no entanto, que ainda há muito a se fazer, sobretudo, quanto a ações conjuntas entre família, Estado e sociedade, de modo a combater todo tipo de violência.

A seção 3, intitulada **Estudo da obra**, realizou, inicialmente, uma breve explanação sobre a vida e a obra de Jorge Amado. Foram abordadas questões sobre sua infância, sua destacada forma de escrever, sua formação acadêmica no curso de Direito, sua ligação ao PCB, seu exílio, suas contribuições em alguns jornais, além de elencar suas obras literárias. No que se refere à vida privada, foi feita uma breve abordagem sobre seu primeiro casamento e sua primeira filha. Posteriormente, tocou-se na questão de sua separação e a formação de um novo

núcleo familiar, no qual teve um casal de filhos com a segunda esposa, Zélia Gattai. Após uma vida de militância política, de vivenciar a experiência do exílio, de estabelecer vários vínculos de amizade, de formar uma família e de criar inúmeras obras de destaque, tornando-se um escritor consagrado e premiado, até que os problemas de saúde se fizeram presentes em sua vida, e, em 06 de agosto de 2001, Jorge Amado faleceu um pouco antes de completar 89 anos.

Passando-se ao estudo de **Capitães da areia** (2006), realizou-se uma análise crítica da obra, articulando-a aos estudos teóricos apresentados nesta investigação. Evidenciou-se um estado de abandono das famílias e do Estado em relação aos meninos do trapiche. Essa circunstância, associada a outros abusos por eles sofridos, foram considerados como violências contra a infância e a adolescência, situações que contribuíram, sobremaneira, para levar os Capitães da Areia a praticarem crimes para sobreviver nas ruas de Salvador. Por esse motivo, tornaram-se temidos pela população e perseguidos pela polícia. Mesmo com a necessidade de se comportarem como homens, algumas situações os levavam para o campo da infância, como ocorreu no capítulo intitulado **Carrossel**. Nele, foi possível observar um comportamento ingênuo e infantil, diferente daquele recorrente na vida hostil que os meninos levavam, comprovando, desse modo, que determinadas condutas só existiam devido ao contexto em que se encontravam. Nesse panorama, pode-se afirmar que a ausência das famílias e do Estado na vida desses meninos tem estreita relação com o comportamento, muitas vezes, inadequado e inconstante.

A subseção 3.1 apresentou a forma distinta pela qual as crianças e os adolescentes, oriundos da pobreza, eram vistos pela elite e pelos órgãos controladores do Estado. O **Código de Menores** (BRASIL, 1927) vigente naquela época revelou-se excludente e preconceituoso, pois chamava os menores de abandonados ou delinquentes. O formato de jornal exposto nas páginas da obra amadiana também reforçava o tratamento hostil dado a esses jovens, que eram estigmatizados, por não se enquadrarem em um modelo imposto pela sociedade rica e preconceituosa, que só valorizava as crianças pertencentes às famílias ricas, com acesso à educação e a cuidados fundamentais para seu desenvolvimento. O cenário exposto mostra, mais uma vez, que a ausência da família, além de não permitir o crescimento individual da criança e do adolescente de forma direcionada, abre precedente para que eles sejam julgados e tratados de forma excludente e preconceituosa, justamente na fase em que deveriam poder contar com bons

referenciais, para que pudessem se tornar cidadãos mais respeitados e valorizados socialmente, com acesso a bens culturais, materiais e com amparo emocional.

A seção 3.2 mostrou a forma pela qual os Capitães da Areia reagiam às violências que sofriam. Após abordar que, durante muitos séculos, a infância não era vista como uma fase importante do desenvolvimento humano, passou-se para a obra literária em estudo, apontando que Amado (2006) expôs essa questão, entretanto, somente em relação às crianças e aos adolescentes pobres. O abandono e o descaso aos quais os meninos eram submetidos os colocavam sujeitos a sofrerem diferentes tipos de violência. Os abusos físicos, psicológicos e verbais causavam, nos meninos do trapiche, um sentimento de ódio e revolta, que eram devolvidos à sociedade baiana, em forma de mais violência.

As três últimas subseções (3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3) mostraram, em cada tipologia de violência, a reação, a resposta e o revide dos Capitães da Areia em relação à sociedade de Salvador.

Observou-se, entre algumas das violências sofridas pelos meninos do trapiche, o abandono familiar, o abuso físico, o desamparo social e do Estado, mediante a situação de alguns que ficaram órfãos, os xingamentos, as humilhações, o rebaixamento moral, o preconceito, entre outros. Os abusos sofridos por aqueles meninos causavam-lhes grande sofrimento; no entanto, tornavam-nos crianças e jovens fortes, tendo em vista que, a seu modo, conseguiam sobreviver nas ruas de Salvador. Essa força, bem como o desejo de mudança de vida, foi retratada na obra por meio do direcionamento dado a cada personagem. Houve morte, mas também realizaram-se sonhos. O símbolo maior de luta e de resistência a uma situação degradante de vida, imposta pela violência, pelo descaso, pelo abandono e pelo preconceito, foi representado pelo chefe dos Capitães da Areia, que, ao final da narrativa, transformou-se no camarada Pedro Bala, após se tornar militante proletário. Passou da adolescência à vida adulta e continuou lutando em prol das minorias e pela liberdade.

Tendo em vista os estudos apresentados, ficou claro que, durante todo o processo de escrita desta dissertação, houve um entrelaçamento entre a ficção e as teorias apresentadas. Com base nesses dois suportes, após a realização da pesquisa, chegou-se à confirmação da hipótese, previamente apresentada, em que se faz verdadeiro o fato de a violência sofrida pelos Capitães da Areia, advinda da sociedade baiana, retornar a essa sociedade, em forma de mais violência.

Por fim, cabe afirmar que ficou explicitada, também, a capacidade de representação do real pela literatura e de sua problematização pelo texto ficcional, o que mais fortalece, de um lado, pelos interessados a difundir o conhecimento, a percepção da necessidade de a leitura literária frequentar todos os espaços possíveis. De outro, fortalece, nos interessados à manutenção do estado de coisas, as tentativas de distanciá-la dos leitores.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/eduardo-portella/biografia>>. Acesso em: 12 set. 2018.

ALVES, Cláudia Tavares. A voz do narrador no romance polifônico de Dostoievski. **Revista Claraboia**, Jacarezinho, v. 5, p. 49-58, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://seer.uenp.edu.br/index.php/claraboia/article/view/765>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

AMADO, Jorge. **Capitães da areia**. 121. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **O menino grapiúna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

AMADO, Zélia Gattai. Ai que saudade do Jorge! In: AMADO, João Jorge; AMADO, Paloma Jorge; AMADO, Zélia Gattai. **Um baiano romântico**: três relatos de amor. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 11-101.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

AZEVEDO, Maria Amélia et al. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010 [1929-1963].

BOTOSO, Altamir; PAULETTI, Hicléa Luzia Costa Ton. Adolescência e marginalização em *Capitães da areia*, de Jorge Amado. **Fólio – Revista de Letras**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p. 77-97, jan./jun. 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/user/Downloads/908-4158-4-PB.pdf>>. Acesso em: 3 maio, 2017.

BRASIL. **Código de Menores**, 1927. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm>. Acesso em: 9 maio, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 31 out. 2018.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____. **Lei Federal nº 11.340**, de 07 de agosto de 2006 [Lei Maria da Penha]. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>. Acesso em: 1 nov. 2018.

BRITTO, Juliana Machado de. **As figurações da violência em Jorge Amado**: política e marginalidade em *Cacau e Capitães da Areia*. 2016. 126 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T. A. QUEIROZ, 2000. Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

CARVALHO, Cláudia Maciel. Violência infantojuvenil, uma triste herança. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (Org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 30-43. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/violencia.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Contra a violência**, 2011. Disponível em: <<http://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2011/06/contra-a-violencia-marilena-chauí.doc>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

COSTA, Cristiano Rocha Affonso da. A participação internacional na Intentona Comunista de 1935. **Jornal de Relações Internacionais**, América Latina, v. 1, n. 8, dez. 2017. Disponível em: <<http://jornalri.com.br/artigos/participacao-internacional-na-intentona-comunista-de-1935>>. Acesso em: 24 maio, 2018.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Cidadão de papel**: a infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil. 20. ed. São Paulo: Ática, 2002.

DISTRITO FEDERAL. Brasília. 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/glossarios-e-cartilhas/violenciaSexual.pdf>>. Acesso em: 25 maio, 2018.

FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. S. **Escola que protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2. ed. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA BRASIL. **Código de Menores x ECA**: mudanças de paradigmas, 2016. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/noticia/codigo-de-menores-x-eca-mudancas-de-paradigmas/>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

GUERRA, V. N. A. **Violência de pais contra filhos**: a tragédia revisitada. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GREENME. **Violência psicológica contra crianças**: saiba como identificar e o que fazer a respeito. Disponível em: <<https://www.greenme.com.br/viver/especial-criancas/5401-violencia-psicologica-abuso-emocional-criancas>>. Acesso em: 31 out. 2018.

LEVISKY, Davi Léo. Prefácio. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (Org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 6-12. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/violencia.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

MACHADO, Josiel Artigas; SANCHES, Mario Antônio. A gênese da violência infantil. **Caderno Teológico da PUCPR**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 173-189, 2014.

MARQUES, José Roberto. O que é violência verbal. **Portal IBC**. Disponível em: <<http://www.ibccoaching.com.br>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

MELO, Mario Cesar Miranda. **As crianças invisíveis na Literatura Brasileira**: meninos de rua, na rua e outras crianças em situação de risco. 2009. Disponível em: <<http://scholarsarchive.byu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2958&context=etd>>. All Theses and Dissertations. Paper 1959. Acesso em: 20 de fev. 2017.

MONTEIRO, Ana Cláudia de Souza et al. Olhares maternos acerca da violência contra a criança: constituindo significados. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 1, p. 40-46. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v71n1/pt_0034-7167-reben-71-01-0034.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MORAES, Douglas Braidia de; MELO, Milena Martini de. Crianças na escuridão: literatura e realidade em um Brasil de abandono. In: XIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL. DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA. **Anais...** 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/15795/3694>>. Acesso em: 9 abr. 2017.

MUCHEMBLED, Robert. **Uma história da violência**: do final da Idade Média aos nossos dias. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições 70, 2014. Disponível em: <http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=23678>. Acesso em: 6 nov. 2017.

NEVES, Bárbara Cecília dos Santos. A voz dos excluídos: uma análise da linguagem em *Capitães da areia*. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, p. 45-59, 2013. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xvii_cnlf/cnlf/12/03.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2018.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. Violência contra a criança escrava no século XIX. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 63-73, 1992. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/44979/48591>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

PORTELLA, Eduardo. O partido da amizade. In: AMADO, João Jorge; AMADO, Paloma Jorge; AMADO, Zélia Gattai. **Um baiano romântico**: três relatos de amor. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 7-9.

RABELO, Janaina da Silva; NASCIMENTO, Maria Daniele Silva do. **Adolescentes em conflito com a lei na obra *Capitães da areia*, de Jorge Amado**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=e0d1b5ce9153ef87>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

REPÓRTER UNESP. **Sequelas da violência na História da Humanidade**, 2014. Disponível em: <<http://reporterunesp.jor.br/2014/05/02/sequelas-da-violencia/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

RUSSO, Gláucia et al. Quando a realidade cala: violência psicológica intrafamiliar contra crianças e adolescentes em Mossoró. **Temporalis**, Brasília, n. 27, p. 158-180, 2014. Disponível em: <<http://portaldepublicacoes.ufes.br/temporalis/article/viewFile/7136/5841>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova história crítica**. 1. ed. São Paulo: Nova Geração, 2005.

SCLIAR, Moacir. **Um país chamado infância**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.

SENADO NOTÍCIAS. **Crianças iam para a cadeia até a década de 1920**.

Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-a-decada-de-1920>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SUDBRACK, Aline Winter. As vítimas do ódio: violência, Estado e vulnerabilidade social no Brasil. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (Org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 111-120. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/violencia.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

VALOIS, Michelle. **Entre o visível e o invisível em *Capitães da areia***: o dialogismo vislumbrado na materialidade do texto. Disponível em: <<http://int.search.myway.com/search/GGmain.jhtml>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

VIOLENCIA SEXUAL: dossiê violência contra as mulheres. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/violencia/violencias/violencia-sexual>>. Acesso em: 15 mar. 2018.